Acervo ISA

CEDI - P. I. B.
DATA
COD 10D00174

PROGRAMA DE CONTROLE AMBIENTAL PARA O ESTADO DO ACRE

VERSÃO PRELIMINAR

1. APRESENTAÇÃO

2. CONCEPÇÃO

3. SITUAÇÃO ATUAL

3.1 - Situação Ambiental

3.2 - Situação Econômica

Agricultura

Pecuária

Extrativismo

Indústria

Comércio

3.3 - Situação Social

População

Saúde e Saneamento

Educação

Habitação

Segurança

4. PROPOSTAS

Educação

Saúde e Saneamento

Desenvolvimento Comunitário

Monitoramento, Controle, Fiscalização

e Preservação Ambiental

Transporte Fluvial

Energia

Acervo ISA

Apoio à Produção

Estruturação Urbana

Fortalecimento Institucional

Pesquisa

5. QUADRO-RESUMO DE CUSTOS

Acervo ISA

1. APRESENTAÇÃO

Esta proposta representa antes de tudo uma manifestação de vontade política do Governo do Estado do Acre, no sentido de proteger o seu meio ambiente.

Constitui também a apropriação de uma oportunidade de contato técnico-político do governante acreano com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, por ocasião de uma série de encontros e reuniões de trabalho agendados com o presidente daquela instituição e seu corpo de assessores.

Evidentemente, a exiguidade do tempo disponível para a sua elaboração, não permitiu fosse dado o aperfeiçoamento necessário tomando, desta feita, a forma de versão preliminar.

Cumpre ressaltar que num Estado como o Acre, em tudo carente, a tarefa de planejamento é frequentemente atropelada pela necessidade de ações urgentes, ações essas que não raro dizem respeito à sobrevivência de milhares de pessoas.

A equipe de elaboração assume, portanto, a imperfeição da proposta e a necessidade de discuti-la e amadurece-la sobretudo nos seus aspectos inovadores.

A sua importância nesse primeiro momento se circunscreve precisamente na oportunidade de reforçar um processo de discussão em torno da incorporação da questão ambiental nos modelos de desenvolvimento para o Estado.

Desde o início da atual administração do Governo do Estado, em março de 1987, os problemas ambientais do Acre têm sido extensamente debatidos, o que tem nos conduzido a um crescente amadurecimento em relação a essa questão.

Nesse processo é necessária e fundamental a efetiva participação de todos os segmentos representativos da sociedade local, através das suas entidades de classe, como forma de garantir que os anseios de todas sejam contempladas.

Para assegurar esse pressuposto, a referida participação obrigatoriamete deverá acontecer em todas as etapas do Programa de Controle Ambiental, ou seja, desde o amadurecimento da própria concepção, até o

Acervo ISA

estabelecimento das estratégias de atuação, passando pelo engendramento da matriz institucional. Só assim ter-se-á garantida a efetividade das propostas e a necessária cumplicidade entre os responsáveis pela sua execução.

Uma outra manifestação desse processo de discussão deverá ocorrer na esfera de decisão de governo, no que diz respeito às oportunidades de financiamento, interno e/ou externo, para o Programa, ocasião em que a proposta será oficializada pelos Governos do Acre e do Brasil.

O conteúdo dessa proposta preliminar inclui uma concepção onde se expressa, em linhas gerais, o entendimento do Governo do Estado do Acre sobre desenvolvimento sustentado; uma breve caracterização do Estado, incluindo a situação econômica social e ambiental; e as propostas de projetos.

Convém ressaltar que muitas dessas propostas, apresentadas aqui como um roteiro de projetos, já têm seus projetos executivos concluídos, aguardando apenas oportunidade de financiamento. Outras, já estão delineadas e carecem de algum tempo para serem melhor detalhadas.

Rio Branco, Acre, setembro de 1989.

Acervo ISA

2. CONCEPÇÃO

A Amazônia reúne um grande número de frustradas tentativas de moder na exploração dos seus recursos naturais.

As razões básicas desses insucessos se devem em grande medida à desconsideração de que boa parte da Amazônia já é efetivamente ocupada, tendo os seus habitantes - os extrativistas e indígenas - formas culturais específicas e determinadas historicamente, de se relacionar e sobreviver da floresta e dos rios; à alienação da sociedade civil local na definição e gestão dos projetos de apropriação, uso e preservação da natureza; à não computação dos custos sócio-ambientais na contabilidade dos projetos de desenvolvimento com graves implicações sócio-econômicas; à adoção de tecnologias importadas inadaptáveis ao mundo amazônico; à falta de conhecimento técnico-científico sobre os condicionantes amazônicos que constituem a base de dificuldade das propostas alternativas de desenvolvimento da região.

Assim, esse conjunto de dificuldades cria um espectro revelador da falta de correspondência das ações até então implementadas com a realidade local, prejudicando o processo de transformação desta mesma realidade.

Por isso, qualquer proposta de desenvolvimento necessita, em primeiro lugar, abandonar a tradição autoritária do planejamento governamental para a Amazônia. Isso implica na necessidade de mudança no comportamento das pessoas envolvidas no processo, e da internalização desta postura na estrutura de decisão dos projetos de governo, o qual tem tido um perfil ora paternalista, ora autoritário ou simplesmente ausente.

A ação de governo no processo de desenvolvimento deve restringir-se às suas obrigações constitucionais, atuando na complementação das atividades produtivas quando estas forem essenciais e ausentes.

O Programa de Controle Ambiental, ora proposto trás no seu bojo a tentativa de reversão desse quadro ao conceber suas ações a partir de uma concepção de desenvolvimento sustentado, entendido como aquele que prioritariamente atende às necessidades básicas das populações e compatível com a disponibilidade ecológica do Acre.

Acervo ISA

É propósito do Estado contribuir para que, no processo de crescimento econômico sejam asseguradas oportunidades iguais, garantidos os princípios de sustentabilidade e competitividade de mercado.

Para isso o Estado do Acre está gestando uma estratégia de atuação que considere a ocupação econômica e social do território com todas as suas interações, reservando para isso o espaço necessário à participação da sociedade civil nesse processo e principalmente incorporando um aspecto fundamental e inovador que é a inclusão dos custos sócio-ambientais nas propostas.

Considerando entretanto o atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas, essa concepção enfrenta sérias dificuldades e duas delas se sobressaem: as limitações do conhecimento técnico-científico disponível sobre muitos aspectos da economia local, regional e sobre o uso sustentado dos recursos naturais, e, em decorrência, a frágil base tecnológica adaptável ao processo produtivo nos termos ora concebidos.

A constatação dessas dificuldades, longe de atuar no sentido de invalidar a proposta, **a priori**, deve constituir num elemento desafiador no processo de planejamento, tanto no sentido de propor formas de superação das dificuldades, como de engendrar a continuidade de ações governamentais enquanto isso não ocorre.

O Programa ora proposto se insere nesta perspectiva. De um lado identificando a necessidade de estudos básicos diversos e propondo encaminhamentos no sentido da sua efetivação, e de outro procurando garantir a preservação do meio ambiente, objeto da ação transformadora.

Para esses propósitos nunca nenhuma outra região da Amazônia reuniu tantas condições para implantar efetivamente as bases do ecodesenvolvimento.

A pressão internacional, a articulação dos movimentos dos trabalhadores do Estado, o sistema de licenciamento e fiscalização do ambiente estadual e federal, e o esforço na busca de soluções técnicas de exploração dos recursos naturais em bases sustentáveis, somados à vontade política do atual governo constituem uma conjuntura favorável para o Acre encontrar seu caminho de crescimento econômico alternativo à história de ocupação recente da Amazônia.

Acervo ISA

3. SITUAÇÃO ATUAL

3.1 - Situação Ambiental

Cresce a nível mundial a perspectiva de que a conservação dos recursos naturais é essencial para o desenvolvimento. Está em construção uma argumentação econômica para a proteção das espécies vegetais e animais devido a motivos tanto éticos, como estéticos e científicos.

Estima-se que a Amazônia abrigue cerca de 3 milhões de espécies, isto significa dizer que a cada 10 espécies do planeta, 6 estão na Amazônia, o paraíso da biodiversidade. O Estado do Acre no contexto Amazônico possui um padrão de diversidade ainda maior que a média da região.

Se de um lado a importância do Acre deve-se à sua alta biodiversidade, por outro esta se torna um condicionante para as propostas de desenvolvimento do Estado, pois o uso dos recursos naturais deve preservar esta riqueza biológica e manter os processos que a geraram.

A maioria das oportunidades econômicas oferecidas aos que detêm a propriedade legal dos recursos naturais do Estado são impróprias para a manutenção das florestas e seus solos.

Pode-se afirmar que nenhuma das atividades produtivas do Acre tem a questão ambiental totalmente resolvida e equacionada, vejamos:

- o extrativismo: depende em grande parte dos recursos da fauna através da caça e da pesca, para atender às necessidades protéicas dos trabalhadores e de suas famílias. O aproveitamento destes recursos nem sempre se dá em bases sustentáveis. O estabelecimento do manejo de uso sustentado destes recursos necessitam ser buscados para a completa harmonização desta atividade produtiva com a floresta.

- a exploração florestal: é feita em bases oportunísticas, retirando-se madeira onde o custo de extração é baixo e sem preocupação de reposição e estabelecimento de uma atividade florestal de longo prazo. Falta a atividade florestal estabelecer suas bases sustentáveis de produção, além do conhecimento técnico-científico, à agregação de valor à matéria-prima, a ampliação do volume de madeira pela diversidade de espécies exploradas e, quem sabe, a ta-

xação internacional da madeira produzida sem manejo sustentado como forma de estabilizar os níveis de preço.

- a agricultura: a principal produção é realizada pelos minifúndios que se baseiam no sistema de derrubada, queimada e cultivo, com a consequente degradação do solo e o estabelecimento de capoeira. Este processo leva a uma migração do desmatamento dentro da propriedade.

  Todo este processo, além dos problemas ambientais do desmatamento que acarreta, não fixa o homem no campo e produz a migração para as periferias urbanas.

  A produção agrícola do Estado não tem bases ambientais e necessita para ser sustentável, além de infra-estrutura de transporte, uma reestruturação da sua base técnica, com investimentos em sistemas agroflorestais e em culturas de maior rendimento econômico para o produtor.

- a pecuária: predominantemente extensiva é responsável pela maior área de desmatamento hoje existente no Estado. Ela expande-se sobretudo no vale do rio Acre, onde existe a maior infra-estrutura viária do Estado.

  Na média a produção pecuária não corresponde a base técnica disponível talvez pela disponibilidade de capital dos latifundiários que não possibilita muitas vezes sequer as melhorias técnicas já disponíveis.

  A falta de manejo adequado leva à degradação rápida das pastagens, diminuindo a capacidade de produção de carne. O controle das invasoras indesejáveis é praticado com o fogo, o que acelera o processo de degradação do solo.

  Para as pastagens é necessário um grande esforço de recuperação de áreas degradadas, de aumento de produtividade das pastagens existentes com o conhecimento técnico disponível, e de resto, faz-se necessário encontrar alternativas econômicas com maior base de sustentação para a exploração dos recursos naturais do Acre.

Estas atividades produziram no Acre um desmatamento de mais de 4% da área total do Estado. Esta cifra apesar de pequena, não significa que não seja preocupante, uma vez que a taxa de desmatamento é

alta sobretudo no vale do rio Acre e as áreas deflorestadas não têm boa base de sustentação.

Abientalmente, o Acre ainda possui uma grande importância, que é a sua biodiversidade. Com os seus rios cortando transversalmente o eixo do seu maior comprimento encontramos uma região de relevo plano e sedimentar onde os rios estabelecem uma dinâmica de cursos meandrantes grandemente mutáveis.

Os rios com estas características reproduzem e consomem a floresta, sendo um dos principais fatores que explicam a alta biodiversidade, na medida em que criam um mosaico de florestas de diferentes idades e estágios de sucessão, os quais minimizam as possibilidades de exclusão competitiva; estabelecem trocas de ar da floresta entre as duas margens quando um meandro se rompe; e forma inúmeros lagos nos meandros abandonados que se ligam ao leito principal nos períodos de cheia.

Os rios portanto, além de condicionar aspectos ligados à vida humana, como transporte e alimento é o principal forjador da natureza acreana. Voltar a atenção para eles, como elemento essencial é uma necessidade que precisa ser traduzida em estudos e propostas de manejo, as quais preservem o papel dos rios nos ecossistemas e sirvam para o proveito humano.

Acervo ISA

3.2 - Situação Econômica

Agricultura

Durante o período áureo da borracha, a mobilidade espacial e funcional da força de trabalho era quase imperceptível. Essa imobilidade "coercitiva" expressava a própria lógica que comandava a organização econômica e social do seringal nativo, cujo empresário no intuito de maximizar a produção, restringia as atividades do seringueiro exclusivamente à extração do látex, sendo punido severamente qualquer infrator que transgredisse essa ordem.

Nesse período, a jornada de trabalho ultrapassava, frequentemente, a 12 horas, representando a impossibilidade do seringueiro desenvolver qualquer outra atividade produtiva. Se, de um lado, a total e exclusiva dedicação na produção do látex significava a extração de maior excedente para o seringalista - sua principal fonte de renda - de outro, significava também outra fonte de receita do proprietário, na medida em que o seringueiro se via obrigado a se abastecer no "barracão", onde os preços das mercadorias transacionadas eram extremamente elevados. Esta razão explica, em parte, o fato do Acre não ter desenvolvido uma atividade agrícola durante os primeiros tempos de sua formação econômica e social, o que se deu muito posteriormente e de forma muito pouco expressiva, a partir da derrocada da borracha.

A desmobilização dos "soldados da borracha", ao final da Segunda Guerra Mundial, contribuiu para a formação do setor agrícola, ao forçar os seringueiros a desenvolverem formas alternativas de sobrevivência, uma vez que as oportunidades de retorno à terra de origem eram bastante remotas, face à destacada relação de dependência estabelecida entre o empresário seringalista e o trabalhador, forjada no mecanismo de aviamento, relação de que não permitia a acumulação de riqueza, obtenção de saldo para financiar o regresso transformando o seringueiro num permanente soldado. Dessa forma, a decadência do extrativismo funcionou como força indutora desse processo ao permitir que o seringueiro produzisse os bens alimentares básicos na própria "colocação". O processo de mudanças que permitiu a consti

Acervo ISA

tuição de um novo setor produtivo contou com a participação do Estado que promoveu a distribuição de terras, onde os seringueiros puderam se estabelecer com suas famílias, surgindo dessa forma, as primeiras colônias agrícolas localizadas nas proximidades dos principais núclos urbanos.

Nos anos iniciais da década de 70 esse processo se intensificou com o movimento de expansão da fronteira agropecuária sobre o Acre, que provocou a substituição de parte da base produtiva tradicional, expropriou o seringueiro e o transformou em pequeno agricultor, hoje a categoria social mais importante, numéricamente, da estrutura de classes do meio rural acreano.

Evolução da Produção Agrícola

Lavouras Temporárias

Os últimos Censos Agropecuários acusaram uma evolução significativa nas áreas ocupadas por lavouras temporárias no Acre. Em 1960, a área cultivada atingiu 15.885 ha; em 1970 chegou a 31.242 ha; em 1975 passou para 37.675 ha, sendo que o saldo mais significativo dessa evolução ocorreu em 1980, cujo total de área cultivada chegou a 53.554 ha, correspondendo a um incremento de 42,1% em relação a 1975. Esse crescimento repercutiu na evolução do pessoal ocupado, cujo registro revela um aumento de 23%, entre 1975 e 1980, conforme pode-se observar através do Quadro nº 01.

Apesar da constatação dessa evolução, em termos de área cultivada, paradoxalmente, os dados da FIBGE sobre a Produção Agrícola Municipal revelam que as quantidades produzidas em culturas temporárias permaneceram quase estacionárias, nos anos de 1976 a 1980, registrando-se queda inclusive em alguns produtos. O único que apresentou uma evolução foi a mandioca, cujo crescimento ocorreu tanto na área colhida quanto na quantidade produzida.

Entre as culturas temporárias, os produtos mais importantes são: arroz, feijão, milho e mandioca, os quais apresentam no período de 1976/80 o seguinte comportamento:

Arroz: Nesse período não apresentou variações de destaque pois em 1980 revelou uma quantidade produzida semelhante a de 1976 e, nas

safras intermediárias houve decréscimo de produção. Em 1976 a produção total foi de 14.382 t, enquanto a de 1980 foi de 14.474 t. Em termos de rendimento médio, este produto tem apresentado um desempenho semelhante ao da Região Amazônica, cuja média tem se situado em torno de 1.450 kg/ha. Quanto à distribuição espacial, a Microrregião Homogênea Alto Purus concentra cerca de 80% da produção total do Estado.

Feijão: Este produto apresenta a menor expressão em termos de quantidade produzida. Em 1980 esta leguminosa revelou um crescimento da área explorada em torno de 1.223 ha sobre 1976, sendo a Microrregião Alto Purus a que detém a maior produção. Os dados estatísticos de 1976 revelam um rendimento médio de 100 kg/ha, sofrendo posteriormente uma redução acentuada, a ponto de chegar, em 1980, a 562 kg/ha, no Estado como um todo. Esta cultura vem sofrendo frequentemente a incidência de pragas e doenças, sem que medidas corretivas tenham sido eficientes no combate aos males do produto.

Milho: A produção, no período estudado, foi quase estacionária, oscilando em torno de 20 t anualmente, embora sua área explorada venha decaindo suavemente, passando de 18.010 ha em 1976 para 16.484 ha em 1980 e o rendimento médio venha oscilando ao redor de 1.200 kg/ha.

Mandioca: É o produto de maior expressão entre as lavouras do ciclo curto, cuja quantidade produzida apresentou um crescimento significativo no período considerado. Em 1976, a quantidade produzida chegou a 168.238 t, passando para 211.964 em 1980, com um rendimento médio variando um pouco baixo de 15.000 kg/ha, sendo a Microrregião Homogênea do Alto Purus a maior produtora.

Culturas Permanentes

O Estado do Acre ainda não tem uma produção agrícola estruturada em moldes capitalistas digna de destaque, sendo sua agricultura classificada basicamente como de "subsistência". Entretanto, hoje, algumas "Culturas de mercado" já podem ser referidas, destacando-se o café, a seringueira, o cacau e o guaraná.

Café: Sua produção foi incentivada no início da década de 70, com o objetivo de promover a diversificação da economia local, fortemente assentada no setor primário e dominada pela pequena produção,

Acervo ISA

voltada para produtos de baixo valor comercial.

Para agilizar esse processo, firmou-se um convênio entre a então Secretaria do Fomento Econômico e o IBC/GERCA, em 1973, para a formação de mudas e implantação de campos de observação com diversas variedades de café. Este esforço visava definir as espécies mais adaptáveis às condições climáticas da Região, como também procurava determinar o perfil tecnológico recomendável ao produtor local.

O programa de produção de mudas teve início em 1976/77, ficando restrito aos municípios de Rio Branco, Xapuri e Cruzeiro do Sul, com estrutura montada para atingir 450.000 mudas, destinadas a plantios selecionados, como difusores de tecnologia. De 1976 a 1980 foram produzidas 1.660.000 mudas.

O Acre já contava, em 1982, com uma população cafeeira estimada em 4,8 milhões de pés, englobando culturas de 0 a 5 anos de idade, sendo que parte desse total já estava em franca produção. Em 1980. esta atividade já contava com 578 ha de área plantada, com produção de 547 t, a um rendimento médio de 946 kg/ha, conforme dados do "Levantamento Sistemático da Produção Agrícola/1980", da Fundação IBGE.

Seringueira: No início da década de 70, o Governo Federal criou um Programa que objetivava, principalmente, aumentar a produção e produtividade do Setor de Borracha Natural. Assim, foi criado o PROBOR I, em 1982, com prazo de quatro anos, embora, em sua proposta, o programa devesse cobrir todo o período de formação da seringueira pronta para produzir. Para cumprir suas finalidades, o Programa procurou realizar cinco metas fundamentais, representando os seguintes subprogramas: Recuperação de Seringais Nativos; Instalação de Usinas de Beneficiamento junto às áreas de produção; Recuperação de Seringais em Formação; Formação de Seringais de Cultivo; Assistência Técnica e Formação de Pessoal.

A administração do programa coube à Superintendência do Desenvolvimento da Borracha - SUDHEVEA que deveria montar toda a estrutura para sua implantação.

Para consolidar o PROBOR I foi instituído em 1977 o PROBOR II, com período de vigência de cinco anos. O programa previa a execução das seguintes metas: (a) formação de 120.000 ha de seringal de cultivo; (b) recuperação de 10.000 ha de seringal de cultivo; (c) forma-

ção de viveiros e mudas; (d) recuperação de 10.000 colocações de seringais nativos; (e) abertura de 5.000 colocações em seringais nativos; (f) instalação de 8 usinas de beneficiamento de borracha; (g) implantação de infra-estrutura adicional para a exploração de 30.000 ha do PROBOR I.

No início de 1981 surge o PROBOR III, com o objetivo de analisar a situação dos projetos referentes ao PROBOR I e II. Para tanto, foi instituída uma Comissão coordenada pela SUDHEVEA e com a participação da EMBRATER, no sentido de desenvolver este trabalho. Os levantamentos feitos constataram que os Programas não estavam sendo conduzidos de acordo com o que fora planejado. Durante um período de 10 anos, a contar do início do programa, nenhum seringal de cultivo conseguiu produzir em escala econômica, havendo alguma produção em caráter experimental, mas sem grandes perspectivas.

Nos ultimos anos, a SUDHEVEA, na tentativa de reorientar a política de incentivo à produção de borracha natural, criou o chamado PROBORZINHO, com o objetivo de atender a pequenos produtores. Este programa previa o financiamento de até 3 ha de seringal de cultivo e reduzia as exigências na obtenção do crédito, registrando-se uma certa evolução do desempenho pelo menos em termos do cumprimento da área preparada.

Guaraná: O cultivo deste produto, no Acre, surgiu também no início da década de 70, no município de Cruzeiro do Sul. Apesar do tempo de implantação, somente dois produtores, em Cruzeiro do Sul, e um em Mâncio Lima produzem sistematicamente o guaraná.

Não há uma linha de crédito específica para incentivar essa atividade. Os plantios atualmente são iniciativas pessoais dos produtores que trabalham exclusivamente com recursos próprios. Por outro lado, a pesquisa ainda não produziu um sistema de produção geral que responda às condições edafoclimáticas e agronômicas de produção, capaz de incentivar a expansão dessa cultura em nosso Estado.

Cacau: O cultivo de cacau, em moldes comerciais, é muito recente no Acre. Somente a partir de 76 é que se pode considerar como um marco inicial de sua exploração, quando a Colonizadora Nova Olinda no município de Sena Madureira, iniciou o plantio em larga escala ao cultivar 50 ha com esse produto. Logo a seguir expandiu essa área para 390 ha, cuja a produção já começou desde 1983.

Em 1979, a COLONACRE, juntamente com a EMATER e o Banco do Brasil planejaram a implantação de um projeto de 300 ha, divididos em plantios de 10 ha cada. Deste total apenas 13 ha foram efetivados. Em maio de 1980, a estrutura administrativa para a exploração de cacau passou para a responsabilidade da CEPLAC, que começou a controlar toda a atividade em nosso Estado.

Até 1982, a área ocupada com cacau estava em torno de 722 ha, incluindo o projeto da Colonizadora Nova Olinda e, no período de 1982/83, foi planejada a implantação de 1.000 ha, mas logo essa meta foi reduzida para 400 ha, dos quais apenas 5 ha foram efetivados. Sabe-se que as limitações técnicas e a carência de recursos financeiros são os mais sérios entraves à exploração desse produto no Acre.

Produção de Frutas e Verduras

A insuficiência da oferta de produtos hortifrutigranjeiros, no Estado do Acre, é um dos mais graves problemas enfrentados pela população, afetando principalmente as camadas de renda mais baixa, em função dos elevados preços que esses produtos alcançam no mercado. Na base dessa dificuldade está a fragilidade da produção local que não tem sido suficiente para garantir uma oferta mais elástica. A baixa produção resulta da falta de tradição no trato cultural de produtos hortigranjeiros e da incapacidade que o Estado tem demonstrado em criar uma política de incremento da produção, tanto no nível da geração dos instrumentos econômicos e financeiros como ao nível da prestação de serviços básicos e indispensáveis ao desenvolvimento do setor.

As tentativas de apoio oficial têm se mostrado incapazes de solucionar o problema, tanto em função da incapacidade administrativa quanto em função da inexistência de um planejamento consistente que defina uma proposta técnica e economicamente exequível e politicamente viável.

A produção olerícola de Rio Branco, maior centro consumidor do Estado, apresenta maior experiência quanto ao cultivo de folhosas. Mesmo assim, a quantidade produzida é insuficiente para atender a demanda potencial estimada. Essa produção provém, quase exclusivamente, do chamado "cinturão verde de Rio Branco", onde encontramos pequenos produtores dedicados a essa exploração. Quanto aos frutos e

Acervo ISA

raízes, a produção também é insuficiente, sendo constatada uma importação expressiva, principalmente de tomate, cebola, alho, cenoura, chuchu e outros, cujo processo é controlado por um grupo de comerciantes que manipulam a distribuição desses produtos no Acre.

A produção local não consegue preço suficiente para remunerar satisfatoriamente o trabalho dispendido, inibindo, dessa forma, a promoção econômica e social do produtor. Porém, em contrapartida, o consumidor final paga elevadíssimos preços pelos mesmos, refletindo a gravidade de que se reveste o processo de comercialização de hortigrajeiros em Rio Branco.

Para as culturas de alface e repolho, a EMATER considera que o Acre apresenta um rendimento médio de 24t/ha e para o pimentão, de 15t/ha. Relacionando-se os rendimentos acima com a produção estadual, obtém-se a área cultivada com estes três produtos.

C U L T U R A	Á R E A (ha)
. Alface	1,25
. Pimentão	0,75
. Repolho	1,00

Os dados da produção olerícola do Estado estão restritos ao Anuário Estatístico do Acre, elaborado pela ASPLAN, que a partir de 1980 não traz informações referentes aos produtos aqui considerados. Os números levantados são baixos, demonstrando a incipiência da produção estadual. Excetuando-se o tomate e o maxixe, no ano de 1976, as demais culturas estudadas (cebolinha, couve, pimentão, quiabo e repolho) revelaram uma produção inferior a 30t/ano.

Segundo dados da Fundação IBGE, verificou-se um crescimento na área plantada com tomate, da ordem de 100% no período de 1976 a 1980, quanto saltou de 8 para 16 ha, ao passo que a produção total em 1980 alcançou 442 t contra 140 em 1976, revelando um crescimento de 215%, nesse período. esse crescimento mais que proporcional se deu em função da melhoria do rendimento que passou de 17,5t/ha em 1976 para 27,6t/ha em 1980.

Os dados referentes à produção frutícola são estimativas do IBGE, sendo, portanto, muito precários, mas sua utilização se justifica por ser a única fonte existente. Segundo esses dados, de 1976 a 1980

verificou-se que as culturas que apresentaram acréscimos de áreas foram a tangerina, o mamão e a melancia, muito embora nesta última tenham ocorrido oscilações, no período, com retração e expansão de áreas colhidas. A banana é o produto que apresenta os resultados mais expressivos tanto na área colhida quanto na quantidade produzida. Em 1976, a área colhida foi estimada em 3.521 hectares com uma produção de 5.633 mil cachos, tendo caído para 3.226 hectares e 3.871 mil cachos, respectivamente, em 1980.

Por não se constituir em uma atividade econômica importante, a produção acreana de frutos é conduzida de forma primitiva. Na realidade, ela se coloca como um complemento não só da renda como da alimentação dos produtores.

Por causa dessa insuficiência de produção, a oferta de frutas é complementada com produtos importados, principalmente de abacate, laranja e limão. O Estado não conta com levantamentos sistemáticos de importação, o que torna extremamente difícil uma avaliação mais consistente.

Comercialização e Abastecimento de Produtos Agrícolas:

Os problemas de informações básicas sobre os processos de comercialização e abastecimento são ainda mais graves que os da produção. Em linhas gerais, o processo de comercialização vigente em nosso Estado não beneficia a pequena produção agrícola, apesar de ser este o segmento que contribui com a maior parte da produção para o abastecimento dos centros urbanos estaduais.

A presença do capital mercantil, no campo, tem favorecido o agravamento da situação de pobreza do produtor, ao estabelecer um sistema de trocas extremamente desigual. Nesse sentido, o exagerado lucro mercantil, derivado dos altos preços cobrados pelas mercadorias não produzidas no campo e os baixos preços pagos aos produtores, constitui-se numa das principais causas inibidora da expansão da quantidade produzida.

Os mecanismos de comercialização agrícola estão restritos a uma rede de armazenamento de limitado alcance à maioria dos produtores, aos instrumentos de política do tipo Aquisição do Governo Federal (AGF) e Empréstimo do Governo Federal (EGF) também de limitadíssima

difusão, e em algumas áreas, às Cooperativas de produtores que realizam parte da comercialização de seus associados. Estes mecanismos não têm sido capazes de tornar a realização da produção um elemento de melhoria da situação econômica e social do produtor, nem têm se constituído numa garantia do processo de abastecimento dos núcleos urbanos.

Enquanto esta situação perdura, o Estado do acre se auto-abastece em condições satisfatórias apenas com farinha de mandioca, sendo que para os demais produtos há necessidade de promover a importação. Grande parte dos bens alimentares são importados de outros Estados, na sua quase totalidade ou integralmente, como ocorre com algumas frutas e alguns hortigranjeiros.

QUADRO 01

CONTROLE DOS DADOS CENSITÁRIOS DE 1960, 1970 e 1978 E

DADOS COMPLEMENTARES DE 1980

ESPECIFICAÇÃO	1960	1970	1978	1980
. Estabelecimentos	3.676	23.102	25.001	27.385
. Área Total (ha)	9.386.075	4.122.085	4.291.777	5.851.104
. Área de Lavouras (ha)	20.068	35.307	41.187	76.084
. Permanentes (ha)	4.183	4.065	3.512	22.530
. Temporárias	15.885	31.242	37.675	53.554
. Pessoal ocupado	30.100	62.081	77.486	95.159
. Tratores	20	24	45	193

Fonte: FIBGE - Censos Agropecuários, Acre, 1960, 1970, 1978 e Sinopse 1980.

Acervo ISA

Pecuária

A informações referentes a este segmento correspondem aos rebanhos da pecuária bovina e suína, sendo que o primeiro será detalhado em seus aspectos de corte e leite conforme a organização da produção nessas atividades.

Pecuária Bovina de Corte

A origem deste setor ainda não foi estudada, mas o Censo de 1920 traz registro de sua existência. Sabe-se, contudo, que em meados da década de 40, pequenos rebanhos foram adquiridos de "ganaderos" bolivianos e introduzidos em nosso Estado. Este é o período da formação das primeiras colônias agrícolas, coindidindo, portanto, a formação da atividade bovina com o surgimento da "agricultura de subsistência", guardando até hoje os traços genéticos dos primeiros rebanhos. A criação inicial destinava-se basicamente ao auto-consumo e sua exploração se dava em condições puramente extensiva. Somente na década de 70 é que essa tendência toma outro rumo, orientando-se para fins comerciais, conforme assinala estudo do CEDEPLAR que afirma: "Por volta de 1973/74 iniciou-se um fluxo de empresários do Centro-Sul que se dirigiram para o Acre com a finalidade de implantar fazendas, atraídos pela propaganda governamental de facilidades creditícias, baixo preço da terra e outras vantagens. Até então a pecuária acreana estava restrita à criação de algumas cabeças de gado, a maioria "tucurá", em um número reduzido de fazendolas".

Estrutura e Evolução do Rebanho

O efetivo bovino do Estado do Acre vem sendo registrado desde 1920, apresentando um crescimento modesto até a década de 70, expandindo-se significativamente a partir desta data, refletindo, em grande parte, os efeitos da expansão da fronteira agropecuária ocorrida nos anos iniciais deste período. Neste sentido, os dados dos Censos Agropecuários mostram que no período de 1970 a 1975 a população bovina do Estado experimentou um crescimento de 66,5%, passando de

72.166 cabeças em 1970 para 120.143 em 1975. No quinquênio subsequente este crescimento foi ainda mais fantástico, passando o rebanho para 291.991 cabeças em 1980 e 333.457 em 1985.

ANOS	TRABALHO DO REBANHO (Cabeças)
1920	13.689
1940	23.337
1950	25.020
1960	32.516
1970	72.166
1975	120.143
1980	291.991
1985	333.457

Fonte: SINOPSE Preliminar do Censo Agropecuário-Acre, 1980/1985

Quanto a distribuição geográfica do rebanho, a Microrregião Homogêneas Alto Purus concentra a maior parte do efetivo total do Estado, com mais de 80%. Segundo os dados da Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário da Fundação IBGE, 1985, a distribuição da população bovina era de 30,0% em Rio Branco; 17,0% em Xapuri; 15,0% em Brasiléia; 9,0% em Sena Madureira; 7,0% em Senador Guiomard e o restante distribuído pelos demais municípios.

Principais Características da Produção

A reprodução do rebanho é do tipo natural, não sendo ainda adotados critérios modernos de cruzamentos. As montas se verificam ao acaso, caracterizando os traços de um sistema de criação extensivo. As medidas sanitárias de trato do rebanho são, em geral, muito precárias, não havendo um manejo-padrão minímo, mesmo para controle das verminoses, cuja incidência é bastante elevada, contribuindo para esta situação, o clima predominantemente quente e úmido favorável à ocorrência dessa enfermidade e a coexistência de práticas criatórias de pouca higiene.

Pesquisa da UEPAE/RIO BRANCO têm revelado deficiência mineral dos solos, acarretando carências minerais e nutritivas do rebanho, reduzindo, dessa forma, a resistência dos animais e ampliando o quadro

de doenças.

Em função do caráter eminentemente extensivo dos primeiros rebanhos, pode-se concluir que grande parte da área de pastos existentes no Estado é natural, cuja vegetação é constituída de capim nativo, consorciado com várias leguminosas. Tal consorciação, embora seja útil para o enriquecimento natural do solo, por outro lado revela um baixo teor de proteína bruta. De acordo com informações da UEPAE- Rio Branco, a quantidade de proteína bruta nestes pastos ficam em torno de 5%, nível insuficiente para atender as exigências fisiológicas de uma boa ruminação, cujo recomendado fica a nível de 60%.

Nos grandes desmatamentos, destinados à implantação de grandes projetos pecuários, a formação de pastos artificiais já se torna uma característica dominante, sendo comum a semeadura de capim realizada por avião, sendo a semente do capim colonião a mais utilizada e que já vem cobrindo extensas áreas de pastagem em todo o Estado. Ao lado do colonião, as pastagens mais comuns são formadas por brachiaria e jaraguá.

O sistema de rodízio de pastagens é pouco frequente e onde isto ocorre é mais usado para domar o gado mais bravio, para separação de bezerros desmamados ou para a contagem de rebanho.

A exploração dessa atividade baseia-se ainda em sistemas de manejo rudimentares e, apesar do rebanho vir se elevando a taxas crescentes, tem-se constatado pouca evolução quanto aos aspéctos nutricionais, reprodutivos e sanitários.

Os sistemas de produção, em sua maior parte, não vêm incorporando avanços tecnológicos que garantam um aumento de rentabilidade ideal neste setor. Nesse sentido, a fonte básica de alimentação são pastos, não sendo incorporadas as rações, e quando muito, ocorre uma complementação à base de sal comum. Em consequência, tem sido notada a ocorrência da desnutrição, baixo desenvolvimento e maior incidência de doenças e o consequente aumento do índice mortalidade.

Pecuária Bovina de Leite

Embora a obtenção de leite coincida com a própria história da im

plantação dos rebanhos no Estado, a bovinocultura de leite vai se destacar em 1975, com um projeto destinado à implantação de uma Bacia Leiteira que induziu a expansão deste setor. Esta perspectiva intensificou-se a partir do ano seguinte com um projeto complementar da Bacia Leiteira de Rio Branco. A partir de 79 a atividade ganhou maior importância, se expandindo pelos municípios de Senador Guiomard, Plácido de Castro e Xapuri.

Com o objetivo de expandir a oferta através da Companhia Industrial de Laticínios do Acre - CILA, empresa encarregada da Pasteurização do leite em Rio Branco, o Governo do Estado firmou convênio com o Ministério da Agricultura para introduzir no rebanho existente matrizes "Gir-Holanda" e reprodutores "Gir", de linhagem leiteira, bem como reprodutores da raça "Holandesa P.S", a fim de promover os cruzamentos para "1/2 sangue".

Estrutura do Rebanho

O gado leiteiro de Rio Branco é predominantemente mestiço "Azebuado" e da raça "Gir", revelando aptidão também para a produção de carne. Este fato tem prejudicado os levantamentos do tamanho efetivo do rebanho. Desta forma, em 1980, as estatísticas levantadas pela UEPAE/Rio Branco, pelo PRONASA e pelo Departamento de Produção Animal apresentara grandes divergências em seus quantitativos, ao estimarem o rebanho leiteiro em 21.500; 32.262 e 48.650 cabeças respectivamente. Por outro lado, Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário/1980 apresenta um número de vacas ordenhadas da ordem de 35.088 cabeças, dos quais 86,2% concentrados na Microrregião Homogênea Alto Purus.

De 1978 a 1983, aproximadamente, entre reprodutores e matrizes, foram introduzidas cerca de 8 mil cabeças. O município de Rio Branco detém o maior volume de produção de leite do Estado, tanto por abrigar a maior parte do rebanho, como por dispor de melhores condições infra-estruturais e disponibilidade de serviços.

Segundo os dados preliminares da Produção Agropecuária de 1980, Rio Branco apresentava a maior quantidade de leite produzida, com 8.536.000 litros, seguido pelo município de Senador Guiomard com 3.239.000 e Xapuri com 1.813.000 litros. A Microrregião Alto Purus produziu 16.536.000 litros enquanto a Microrregião Alto Juruá produ-

Acervo ISA

ziu apenas 2.270.000 litros.

Pecuária Suína

As primeiras criações de porcos surgem como elemento complementar à economia doméstica, visando o aproveitamento de restos de cozinha e alguns produtos da lavoura. Este tipo de criação é dominante no Estado, sendo a raça "Piau" a que deu maior incremento ao rebanho. As raças brancas (Landrace e Large white) só recentemente foram introduzidas no rebanho estadual. A suinocultura é uma atividade recente e não tem conseguido se desenvolver em larga escala, sendo a maior parte do abastecimento derivada de criação proveniente da pequena produção.

Estrutura do Rebanho e Características da Produção

Quanto aos aspectos de produção, a pecuária suína vem apresentando ligeira tendência à expansão, evidenciada pelo surgimento de novas instalações, com a introdução de alguns melhoramentos técnicos, acompanhada da formação de pastagens e lavouras de milho. Estas mudanças vem ocorrendo por iniciativa própria de alguns produtores, uma vez que o Setor Público não vem proporcionando estímulos econômicos e financeiros.

De acordo com as informações da "Produção Pecuária Municipal", da Fundação IBGE, o efetivo era 109.919 cabeças em 1975, passando para 137.055 cabeças em 1980. O quadro abaixo revela a evolução do rebanho no período 1975 a 1980, segundo as Microrregiões Homogêneas:

EFETIVO SUÍNO POR MICRORREGIÃO (cabeças)

	MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS		
ANOS	AUTO JURUÁ	ALTO PURUS	ESTADO
1975	56.698	53.221	109.919
1976	58.387	54.500	112.887
1977	58.856	55.045	113.901
1978	60.100	57.050	117.150
1979	63.614	60.918	124.532
1980	66.733	70.322	137.055

Fonte: FIBGE - Produção da Pecuária Municipal, 1980

Observações recentes revelam que o peso obtido por leitão com 30 e 60 dias atinge 7,5 e 12 Kg, respectivamente. Em relação aos índices zootécnicos, a atividade apresenta reduzido rendimento, por causa dos seguintes fatores: o não aproveitamento do primeiro cio, verificado precocemente ao redor do 4º e 5º meses de idade; os plantéis de procas com idade muito avançada e a ausência de reposição de reprodutores com melhores aptidões e desempenho.

Os métodos de cruzamento não são utilizados, resultando na cria de animais de difícil determinação quanto às características de animais com aptidão "tipo carne" e intermediário".

Observações mais atentas dão conta da existência de uma mestiçagem predominante entre as raças "Nessex" e "Piau", oriundas dos Estados de Minas Gerais e Mato Grosso e, em menor escala, de mestiços das raças "Landrace" e "Caruncho", dos Estados de São Paulo e Paraná.

Acervo ISA

Extrativismo

A base de sustentação econômica do Estado do Acre esteve, por muito tempo, centrada no extrativismo vegetal, sobretudo da borracha e da castanha que se constituiu, também, no móvel da ocupação territorial, no final do século passado.

Esse período apresentou como uma das características marcantes a mobilização de grandes contigentes de mão-de-obra na produção da borracha e da castanha, alternadamente, de forma que o aumento do volume produtivo se fazia pelo acréscimo de trabalhadores e pelo aumento da jornada de trabalho, uma vez que o processo produtivo não guardava nenhum traço de evolução tecnológica, se baseando na mais rudimentar forma de trabalho, onde a instituição do "aviamento"(fornecimento de mercadoria, a crédito, a preços exorbitantes, e obrigatoriedade da venda da borracha ao seringalista) se constitui no aspecto mais característico da relação de trabalho na empresa seringalista.

Quando os elevados custos de produção dos seringais nativos não permitiram poder de competição com a produção dos seringais de cultivo do sudoeste asiático, dá-se o início da decadência dessa atividade, na Amazônia.

No final da década de 60 tem lugar um certo aperfeiçoamento da infra-estrutura aérea e de telecomunicações, além da abertura da rodovia BR-364, ligando o Acre ao centro-sul do país. Paralelo a esses eventos se dá uma intensa propaganda oficial, no sentido de atrair investimentos dos centros mais avançados para o Estado. Essa propaganda punha em relevo as facilidades oferecidas pelo Estado para a atração de investimentos, uma vez que se dizia que as terras eram de boa qualidade, não havia problemas quanto a sua regularização jurídica, além de seus preços se mostrarem compensadores aos demandantes.

Dessa maneira o processo de compra e venda de terras se tornou tão intenso que entre 1969 e 1975 cerca de 80% das terras do Estado do Acre foram vendidas a investidores do centro-sul do país.

Nessas condições teve início um processo de especulação fundiária no Estado revelado pela valorização astronômica dos preços em apenas quatro anos.

Acervo ISA

Dessa forma, uma vez adquirida a propriedade, seu novo dono - que em nenhum momento pretendia continuar com o modo de exploração vigente - tratou de desobstruir a área, procedendo à expulsão dos ocupantes, muitas vezes pelos uso da violência, sob a alegação de implantar a agropecuária.

A frente capitalista que se delineou não se caracterizou pela produção de bens agrícolas, mas se fez notar pela expansão da pecuária.

Ao nível econômico, no entanto, esta atividade não tem trazido benefícios maiores ao Estado, na medida em que a produção não abastece o mercado interno nem é geradora de receita tributária que justifique a substituição do extrativismo. Na verdade o seu surgimento teve o poder de desestabilizar a base produtiva vigente sem, no entanto, substituí-la, logrando no maxímo diversificá-la.

Com a venda dos seringais a figura do "patrão" se ausenta da unidade produtiva. Isso resulta em dois fatos que vão influenciar diretamente a vida dos ocupantes que permanecem na área: o aviamento passa a ser feito pela figura do marreteiro, com um perfil coercitivo um pouco mais flexível, e a renda anteriormente paga ao patrão passa a ser usufruída pelo próprio seringueiro.

Esse fato enseja o surgimento de uma nova categoria na estrutura de produção no campo: o seringueiro autônomo. Essa figura, encontrada com maior frequência na Microrregião Alto Purus - onde a frente agropecuária foi mais intensa - representa o pequeno produtor extrativista que, livre dos laços de dependência em relação ao "barracão", continua até hoje explorando o extrativismo da borracha e da castanha, ainda nos moldes tecnológicos tradicionais.

Em oposição, nas áreas onde a frente agropecuária não atingiu sua força plena, como é o caso do Vale do Juruá, o seringueiro tradicional apresenta-se como a categoria de produtor que continua submisso aos antigos esquemas de exploração extrativa sob as mesmas relações de trabalho.

Todo esse processo que caracterizou a tentativa de reocupação econômica da Amazônia, via frente agropecuária, não obstante o discurso e a perspectiva desenvolvimentista, não logrou os resultados almejados. A base produtiva do Estado apenas se diversificou.

Do lado do extrativismo o salto qualitativo dado correspondeu ao

surgimento de uma categoria produtiva e social representada pelo seringueiro autônomo, por um lado, e, mais recentemente, por algumas manifestações de fortalecimento do seringueiro tradicional, no Vale do Juruá, por outro, com a suspensão do pagamento da renda ao patrão e um esforço de organização em torno de cooperativas de produção em curso.

No que diz respeito à incorporação de novas técnicas a situação permanece inalterada.

Acervo ISA

Indústria

No contexto do modo de produção capitalista, quando se relaciona graus de crescimento intersetorial, historicamente, o setor terciário tem permanecido mais ou menos constante enquanto o setor agrícola decresce em favor do crescimento do industrial. A explicação mais abrangente desse fato remonta ao nível de desenvolvimento tecnológico, em cada setor, e sobretudo às condições de absorção do progresso técnico devido as peculiaridades intrínsecas de cada um . Assim, enquanto à produção industrial pode ser imputada uma lógica de funcionamento que possibilita a absorção integral de novas técnicas, permitindo que o ciclo produtivo se automatize por inteiro, na agricultura não ocorre assim. A dependência desse setor a um cíclo biologico natural, que não pode ser completamente alterado pelo homem, faz com que na sua lógica de reprodução o tempo de trabalho se diferencie do tempo de produção. Isso significa que ao homem é dado esperar, em alguma medida, que os processos da natureza se concluam para que ele complete o seu. Dessa forma a indústria torna-se o elemento dinamizador do sistema.

Nessa distribuição de papéis a intervenção governamental é de grande importância. Muitas vezes ela molda o perfil da estrutura produtiva de uma economia, conforme se comporte a distribuição dos investimentos públicos e das políticas de estímulo aos investimentos privados.

Nesse sentido o Governo do Estado do Acre tem canalizado esforços tentando estabelecer as condições necessárias ao fortalecimento da indústria local sem esquecer os estímulos à agricultura, a base fornecedora de materias-primas.

O parque industrial acreano caracteriza-se por sua considerável concentração espacial. Dos 370 estabelecimentos industriais existentes no Estado, em 1980, 45% concentravam-se na capital, Rio Branco, 15% em Cruzeiro do Sul e 8% em Tarauacá. Em termos de emprego, estas áreas concentravam 65%, 10% e 4% respectivamente.

O Acre está reunindo, gradativamente, os recursos que lhe permitirão, em futuro próximo, o aproveitamento de novas oportunidades de investimentos na produção de bens intermediários, de consumo e novas matérias-primas, cujas possibilidades de expansão são ampliadas

sistematicamente em virtude da produção local ou regional de insumos básicos antes importados integralmente de outras regiões. Alguns gêneros industriais apresentam potencialidades específicas de expansão ainda na presente década de 80. Servem de exemplo as potencialidades abertas com a expansão do complexo madeireiro, notadamente na aquisição de insumos e na criação de oportunidades de instalação de unidades de mobiliários (móveis comerciais, residencial, de arte, escolares, etc.); a indústria de carne e laticínios em virtude da expansão do rebanho e da ampliação da bacia leiteira do Estado; a agroindústria de sucos, doces, etc., em face da maior oferta de frutas tropicais; a indústria de óleos combustíveis a partir do milho, arroz, castanha do Brasil e outros produtos largamente difundidos em todo o Estado, afora excelente outras oportunidades industriais, tais como resinas, soja, amendoim, cacau, gergelim, dentre outros.

Acervo ISA

Comércio

O Setor terciário da economia acreana, não obstante enfrente sérias dificuldades geradas sobretudo pelas especificidades do Estado quanto a sua localização e possibilidades de geração de riqueza, tem apresentado relativo crescimento a partir dos anos 60.

A localização geográfica do Acre impõe um isolamento altamente prejudicial à sua economia já que a única via de ligação rodoviária com o centro-sul do país, a BR-364, praticamente interrompe o tráfego no período do inverno. Esse fato prejudica o abastecimento do mercado interno já que este experimenta um alto grau de dependência de importação de gêneros o que favorece a formação de monopólios e o fortalecimento da figura do atravessador.

A dependência econômica do Estado, ao governo central, cujas transferências financeiras vêm, em termos reais, diminuindo sensívelmente, por um lado, e a incapacidade do Estado em gestar novas formas de geração de renda interna, por outro, são, também, fatores restritivos ao comércio local.

A fragilidade do subsetor agrícola e a decadência progressiva do subsetor extrativo vegetal, nas bases atuais de reprodução, têm tido papel importante na fraca capacidade de reação desse setor.

Entretanto alguns indicadores começam a dar mostras de um certo fortalecimento do comércio local.

Em primeiro lugar é significativa a constatação do crescimento do número de pessoas ocupadas no setor. Nos registros do Censo Comercial do Estado do Acre, levado a afeito pelo IBGE, esse crescimento foi da ordem de 27% entre 1960 a 1970. Na década seguinte o acréscimo foi de 125% do pessoal ocupado no comércio, sem contar com os empregos gerados pela chamada economia informal, de forte expressão no nosso Estado.

Esse fato lança por terra um argumento fortemente utilizado no discurso burocrático de que o governo foi, sempre, o maior gerador de empregos na economia acreana. Recente pesquisa de campo levada a efeito pela UFAC/SEPLAN, com o objetivo de estabelecer nova metodologia de cálculo para o índice inflacionário do Estado, apesar de amostral, confirma essa evolução.

Segundo a Pesquisa de Orçamento Familiar o Setor Serviços é responsável por 41,18% do emprego de pessoas, seguindo-se da Administração Pública com 37,54%.

À Indústria de transformação é a terceira responsável pelo nível de emprego, com 8,8% ficando a Agropecuária em quinto lugar, depois da Construção Civil.

E' de se esperar que, com perspectiva de desenvolvimento do Estado, cada vez mais próxima, desencadeada pelo asfaltamento da BR-364 e pelos investimentos aderentes, além do surgimento de novos produtos, oportunizados, por pesquisa tecnológica em curso, esse setor venha a se fortalecer definitivamente.

Acervo ISA

3.3 - Situação Social

População

Um dos efeitos perversos da frente agropecuária que atingiu o Acre na primeira metade da década de 70, foi o violento aumento do fluxo migratório interno que atingiu os principais centros urbanos sobretudo Rio Branco.

Naquela conjuntura político-econômica nacional e local foi possível criar as condições para o surgimento de um mercado de terras cuja estrutura se restringira à existência de terras férteis e baratas sem a correspondente demanda. O processo de criação dessa demanda acabou caracterizando uma etapa na reocupação econômica da Amazônia bastante agressiva.

Populações inteiras foram desabrigadas de suas terras como parte da "limpeza de área" procedida após a venda das terras.

Com os seringais desativados e sem opção de ocupação econômica essas pessoa acabaram adensando as populações da periferia das cidades, sobretudo Rio Branco, onde virão a se construir num exército de reserva de força de trabalho para a indústria local.

O certo é que em menos de 10 anos a estrutura populacional do Estado e da Capital, Rio Branco, alteraram-se profundamente. Os dados recenseados em 1970 registraram 42,4% da população de Rio Branco residindo na cidade. No campo, portanto, concentravam-se os outros 57,6%. No censo seguinte este percentual desce para apenas 25,2% enquanto que a população urbana passa a se constituir em 74,8% do total. Isso significa altas taxas de crescimento demográfico numa cidade relativamente despreparada para absorver esse contingente. As consequências sociais não se fizeram por esperar mormente nas áreas de saúde, educação, habitação, emprego e segurança.

Sete anos depois a população estimada de Rio Branco registra a marca 166.320 indivíduos e desses 118.436, 71,2% estão localizados na zona urbana contra apenas 28,8% na zona rural representando uma leve retração no crescimento demográfico, cujas causas devem ser buscadas na dinâmica mais geral do movimento de migração interna.

Acervo ISA

Saúde e Saneamento

Saúde é expressão de qualidade de vida da população e como tal é direito de cidadania e dever do Estado. O conceito de saúde vai muito além da simples ausência de doenças, caracterizando o ser humano como um organismo biopsicosocial, portanto intimamente ligado à comunidade a qual pertence e com ela interage.

A definição de saúde da OMS que diz ser saúde, o completo bem estar físico psíquico e ambiental, retrata bem o interrelacionamento do homem com seu semelhante.

As ações de saúde, portanto, devem ser abrangentes de forma a atender as necessidades da população em seus múltiplos aspéctos: promoção, prevenção, diagnóstico precoce, cura e reabilitação, sem haver compartimentos estanques entre a prevenção e a cura.

Entretanto, são notórias as dificuldades do setor público na prestação desse serviço básico. A pressão exercida sobre a estrutura de saúde, por uma demanda cada vez maior, torna ineficiente os serviços oferecidos. Tal fato adquire maior gravidade se se considerar os tênues recursos e instrumentos utilizados na área de prevenção.

Um outro fato agravador das condições gerais de saúde da população acreana, sobretudo na capital, são os efeitos diretos das agressões ao meio ambiente sobre o homem.

Embora carente de comprovação científica observações localizadas chegam a induzir que a prática constante de desmatamentos ocorridos ao redor dos centros urbanos têm alterado os hábitos do mosquito transmissor da malária, por exemplo, alterando, por consequinte, o referencial de defesa do homem com relação ao transmissor.

O número de incidência de malária tem aumentado a cada ano, chegando a registrar um acréscimo de cerca de 83% em 1987 relativmente ao ano anterior. Independente desse dado específico as doenças transmissíveis como um todo, no quadro da assistência médico sanitária, teve um acréscimo da ordem de 74% no mesmo período. Isso é preocupante quando se considera impossível desvincular a questão da saúde das bases relacionais homem/meio ambiente.

Com referência ao saneamento básico, apenas 1,5% da população urbana da capital é atendida em esgotamento sanitário. Nos demais muni

cípios esse atendimento inexiste.

Devido a ausência de saneamento, os períodos chuvosos longos e intensos, onde fossas e poços se nivelam em áreas de inundações, são grandes responsáveis pela disseminação de doenças. Com aporte de recursos externos o Estado, hoje, trabalha no sentido de ampliar as condições de Rio Branco e implantar a rede de Cruzeiro do Sul, os dois maiores contingentes populacionais do Estado.

Acervo ISA

Educação

O País, em particular a Região Norte, atravessa no momento a chamada "crise educacional", atingindo todos os graus e modalidades de ensino.

Para o Acre a situação é mais agravante, já que se constata que o sistema educacional não se encontra dentre os de melhor desempenho ou mesmo na média, mas dentre os mais deficitários. As estatísticas comprovam esse fato quando se compara informações das unidades federadas que formam a região.

O atendimento escolar é insuficiente no Estado. Enquanto na Região Norte o déficit de atendimento na faixa de 7 a 14 anos foi de 20,49% na zona urbana, o do Acre foi de 23,46%, não superado por nenhuma unidade federativa. Na zona rural,o déficit de atendimento em termos percentuais foi também mais elevado com 37,61 para 30,21 na região. Para cobrir o déficit de atendimento, o Acre necessitaria de 505 salas de aula, em 1986.

Quanto à educação pré-escolar, a situação, em 1986, era a seguinte:

. População escolarizável de 04 a 06 anos.....36.900
. População escolarizada de 04 a 06 anos..... 6.425
. taxa de escolarização.....17,41%

O déficit de atendimento ao pré-escolar no Acre foi de 83% enquanto da região foi de 77% com uma dispersão de 6,0%.

Quanto a evasão no ensino regular de 1º grau, nos anos de 1981 a 1986, o Acre apresentou as maiores taxas em todo o período, com 19,81% em 1981, agravando-se progressivamente, chegando a 23,57% em 1984, reduzindo para 22,36% em 1986. Nenhuma unidade da federação apresentou constantemente taxas tão elevadas.

Quanto a evasão por série, mostrou-se mais acentuada na 1ª e na 5ª série em todas as unidades. Neste sentido o Acre também apresentou as maiores taxas, com 27,31% na 1ª série e 27,48 na 5ª série. As menores foram apresentadas pelo Território do Amapá, com 14,6 e 15,7 na 1ª e 5ª série respectivamente.

Também no 2º grau o Acre colocou-se entre as três unidades federadas com maior taxa de evasão no período de 1981/86. Em 1981 contou com 25,0% apresentando um ritmo crescente até 1985 com 35,90%, de

Acervo ISA

crescendo para 31,06% em 1986. As demais unidades apresentaram oscilações no período, enquanto o Acre manteve sempre elevadas.

Na evasão por série no 2º grau, apresentou-se a maior taxa da região na 1ª série com 46,1%. A segunda unidade em evasão contou com 37,1%. Na 3ª série o Acre apresentou melhoria com relação às demais unidades ficando em 4º lugar com 12,6%.

Analisando os números relativos a aprovação escolar verifica-se que na Região Norte, em 1981, dos alunos que conseguiram chegar ao final do ano letivo, apenas 58,81% foram aprovados e ainda, que estas taxas apresentaram um rítmo decrescente nos últimos três anos, chegando àpenas 50% de aprovações em 1986. Verifica-se também que, das seis unidades que formam a Região Norte, o Acre manteve-se dentre as três com as maiores taxas de aprovação.

Quanto a aprovação por série, as menores taxas de aprovação são apresentadas na 1ª e na 5ª série. Também na aprovação por série, o Acre manteve-se entre as três unidades com as melhores taxas. A situação chega a ser animadora, contudo ao se considerar que o Acre apresenta a maior taxa de evasão e que os alunos que conseguem sobreviver no sistema são aprovados, registrando-se taxas mais elevadas na região, uma hipótese provável é que grande parte dos alunos abandonam a escola por não acompanharem a programação curricular. Neste caso a situação torna-se-ia muito grave, já que os conteúdos programáticos são mínimos, concluindo-se desta forma que, um siginificativo contingente vem sendo aprovado sem as condições mínimas para acompanhar a série ou grau subsequente, sendo necessário a revisão do sistema de avaliação. Outra hipótese liga-se a repetência, que o Acre apresenta como um dos maiores na região, em termos percentuais. Nesse caso grande parte das aprovações decorrem em razão do aluno está cursando mais de uma vez a mesma série.

Quanto a aprovação no 2º grau, o Acre encontra-se dentre as duas unidades federadas com maiores taxas variando de 79,7% em 1982 a 89,4% em 1984. Nos seis anos em evidência, apresentou a melhor taxa de aprovação em quatro anos.

Quanto à repetência no período de 1981/86, o Acre esteve constantemente dentre as três unidades da região que apresentaram as maiores taxas, variando de 24,11% em 1985 a 28,46% em 1981. A repetência mostra-se elevada em todas as séries, principalmente na 1ª e na 5ª.

Sendo a repetência o retorno à escola de alunos evadidos e reprova

dos no ano precedente é oportuno ampliar-se a análise para que se verifique até que ponto estes alunos estão retornando à escola. Neste caso, tomando-se a 1ª série, verifica-se que, enquanto na região, em 1985, 59,91% da clientela potencial a repetência retornou à escola, no Acre este percentual foi apenas de 54,57%. A situação é muito grave em razão de ocorrer na 1ª série, onde o aluno chega a ter acesso à escola, abandonando-a, sem ao menos haver aprendido a ler e escrever, vindo mais tarde a engrossar a fileira dos adultos analfabetos.

Quanto à distorção idade/série verifica-se que o Acre apresenta taxas de distorção inferiores aos da região nas quatros primeiras séries e superiores nas quatro ultimas séries do 1º grau, devendo-se principalmente esta ocorrência a reprovação e evasão que impede o fluxo escolar regular.

O analfabetismo é sem dúvida o reflexo de qualquer sistema educacional, visto que o adulto analfabeto é aquele que não teve oportunidade escolar pela inexistência desta ou que teve acesso, contudo o sistema, por ineficiência, não cumpriu seu papel. Acrescente-se ainda a condição de extrema pobreza de grande parte da população.

Em 1980 o Censo Nacional apresentou os seguintes dados sobre analfabetismo no Estado do Acre.

Faixa de Idade	Zona Urbana	Zona Rural
07 a 14 anos	42,7	83,8
10 a 14 anos	27,9	76,5
15 a 19 anos	15,3	64,54

Não há dados atualizados sobre o assunto, contudo a situação atual não deve apresentar muita diferença sobre a realidade de 1980, já que o Programa Educar, em atuação em alfabetização de adultos, apesar do esforço, apresenta sensível carência de recursos financeiros.

Da análise feita, constata-se que o Sistema Educacional do Estado do Acre aponta como um dos mais deficitários da Região, posto que se questiona o sistema de avaliação. A evasão, repetência e distorção idade/série, são indicadores que evidenciam a baixa produtividade do sistema, devendo-se isto a vários fatores, destacando-se:

. elevado número de alunos na sala de aula;
. acentuado número de professores não qualificados;
. baixo nível de renda das famílias, acarretando condições inadequadas de moradia, saúde, nutrição etc;

Acervo ISA

- ingresso precoce do menor no mercado de trabalho;
- insuficiência de equipamento e material didático;
- existência de turno intermediário;
- metodologia de ensino predominante tradicional de cunho verbal e expositivo;
- dicotomia dos conteúdos curriculares e estrutura administrativa das escolas com a prática e a realidade social dos alunos;
- baixo índice salarial dos professores;
- ingresso tardio do aluno na escola;
- distribuição inadequada da rede escolar;
- inexistência de uma política educacional direcionada às necessidades da população.

Acervo ISA

Habitação

A pressão demográfica exercida sobre os principais centros urbanos, como resultado das transformações econômicas ocorridas no campo, a partir da década de 70, levaram a agravar as condições de habitação nesses centros, tanto pelo aumento do déficit como pela deterioração da qualidade das moradias, em grande número improvisadas em locais técnica e ambientalmente desaconselháveis à sua construção. Além desse aspecto a invasão de áreas impróprias à habitação dificulta a instalação dos outros serviços públicos complicando sensivelmente as condições de saúde dessa população.

Para fazer face a essa dificuldade o governo do Estado tem dinamizado a atuação nesse sentido e mais que quadruplicou o número de residências até então construídas pela companhia de habitação estadual, no sentido de diminuir o déficit e de transferir parte das famílias das áreas de invasão, melhorando, dessa forma, as condições de habitabilidade da população de um modo geral.

Esforço complementar nesse sentido tem feito a Fundação de Tecnologia do Acre - FUNTAC, na busca de uma alternativa local, pesquisando em madeira um tipo de habitação de baixo custo e adequado às condições ambientais, já tendo executado um bem sucedido projeto contando com a participação da comunidade beneficiada, em mutirão, na montagem das casas.

No que diz respeito à habitação rural o esforço do governo se restringe a pesquisas para estudos e eleição de uma unidade habitacional adequada, sem nenhuma conclusão até o momento.

Acervo ISA

Segurança

O acelerado processo de transformação por que passou, recentemente, a economia e a sociedade acreanas tem produzido sérias, e graves, implicações na qualidade de vida das populações urbanas no Estado.

A expulsão de trabalhadores rurais no Acre, com o consequente êxodo em direção às cidades, e a intensificação de fluxos migratórios de populações oriundas de outros Estados, agravou os problemas decorrentes de um super crescimento dos núcleos urbanos, particularmente a capital.

O crescimento das periferias urbanas, por sua vez, aliado a um incipiente desenvolvimento das atividades produtivas urbanas, em muito favoreceu o aumento da marginalidade e da criminalidade na capital e nos principais municípios do interior.

Diante desse quadro, o Estado vem se deparando com uma deficiência estrutural dos órgãos responsáveis pela manutenção da segurança pública tornando-se cada vez mais ineficientes e ineficazes no combate aos infrigimentos das leis e na manutenção dos requisitos mínimos da segurança dos cidadãos.

Este quadro remete à necessidade urgente do poder público canalizar esforços no sentido de melhorar as condições de reprodução econômica e social das populações do campo de modo a aliviar a pressão demográfica exercida nos núcleos urbanos por contingentes populacionais desintegrados no meio rural.

Acervo ISA

4. PROPOSTAS

As propostas de projetos apresentadas a seguir inscrevem-se na perspectiva de atuação do Estado a partir do pressuposto de que não é possível esperar o amadurecimento e conformação do modelo de desenvolvimento sustentado ora proposto.

A dinâmica da exploração econômica exige respostas corretivas e urgentes que guardem, não obstante o caráter imediatista, coerência e afinidade com a proposta como um todo.

Os projetos estão agrupados por áreas de atuação, todas elas fundamentais num Programa de Controle Ambiental que tenha a perspectiva de longo prazo.

Diversos órgãos dos governos estadual e federal, além de instituições da sociedade civil, participaram de reuniões onde se discutiram desde a concepção até a apresentação de propostas concretas, assim como as prioridades.

Dentre os organismos que de alguma forma atuaram merecem ser citados: Instituto de Meio Ambiente do Acre, Secretaria de Planejamento, de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Saúde, Educação, Fundação de Tecnologia do Acre, Projeto Acre, Gabinete Civil do Governador, Universidade Federal do Acre, Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Delegacia do Acre), Federações da Indústria, Comércio e Agricultura do Acre, Centro de Trabalhadores da Amazônia, Conselho Nacional de Seringueiros e Comissão Pró-Índio do Acre.

A responsabilidade pela elaboração do documento é exclusiva do Governo do Acre.

Acervo ISA

Acervo ISA

1. TÍTULO:

Projeto de Educação Ambiental Informal.

2. OBJETIVOS:

- Contribuir para o desenvolvimento de uma consciência ecológica, votada à preservação ambiental estimulando uma postura crítica de intervenção, que conduza à melhoria da qualidade de vida;
- Estimular o desenvolvimento de valores sócio-econômicos, políticos culturais, estéticos e morais da realidade circundante, voltados para o viver harmônico com a natureza;
- Capacitar recursos humanos de órgãos, instituições e representantes dos segmentos comunitários envolvidos no programa de Educação Ambiental;
- Realizar atividades de extensão que venham contribuir para compreensão e resolução dos problemas ambientais;
- Difundir técnicas apropriadas na exploração dos recursos naturais, que possibilitem o aumento da produtividade sustentável;
- Informar aos diversos segmentos comunitários a legislação vigente, considerando os aspectos imutáveis e universais da natureza;
- Propriciar noções básicas relativas a hábitos de higiene ambiental para conservação da saúde;
- Promover atividades de lazer integradas a conscientização ecológica;

3. JUSTIFICATIVA:

A Educação Ambiental abrange, entre outros fatores, a compreensão, análise e crítica de como ocorre a inter-relação dos aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais e os fenômenos físicos, químicos e biológicos dos seres vivos, ou seja de como ocorrem as relações sócio-ambientais.

Essas relações são dinâmicas e determinadas pela interação de diversos segmentos da sociedade, tais como, a ação de grupos econômicos, as decisões político-administrativas, o grau de conscientização humanístico e a organização popular, em relação ao meio ambiente, devendo protanto, a Educação Ambiental ser de competência e responsabilidade da sociedade como um todo.

Acervo ISA

A partir desta compreensão e buscando conciliar as reais necessidades de desenvolvimento econômico e de conservação ecológica na região, torna-se necessário propor e consequentemente efetivar ações participativas que venham substanciar a integração a nível de Educação Ambiental, envolvendo órgãos e segmentos organizados da sociedade, como forma de contribuir para o despertar de uma conscientização ecológica, considerando suas especificidades, voltada fundamentalmente para a melhoria da qualidade de vida das diversas comunidades envolvidas tais como: Seringueiros, indígenas, pequenos produtores, ribeirinhos, imigrantes do centro-sul do país, projetos de colonização, pecuaristas, madeireiros e trabalhadores das diferentes atividades da área urbana e rural.

4. GRAU DE DETALHAMENTO:

Considerando o fator tempo, não foi possível a realização de uma discussão mais ampla, que resultasse na definição de um Programa de Educação Ambiental Informal para o Estado.

Para a execução do programa de Educação Ambiental Informal, serão elaborados projetos com seus respectivos sub-projetos.

4.1 - CAPACITAÇÃO:

A integração entre órgãos/entidades para a formação e capacitação de técnicos qualificados, objetivando uma maior concientização comum em relação a problemática ambiental do Estado, torna-se necessário a realização de cursos, treinamentos, palestras , seminários e atividades afins.

Entre outras a capacitação deverá promover os seguintes cursos:

- Especialização em Educação Ambiental (3º Grau);
- Educação Ecológica e os Recursos Didáticos (1º e 2º Graus);
- Estudos de Impacto Ambiental e o RIMA;
- Introdução a Lesgilação Ambiental (extensionistas/Comunidades);
- Proteção de Ecossistemas Florestais;
- Participação Comunitária e os Problemas Ambientais;
- Planejamento Ambiental;
- Estudo e prevenção da Poluição Ambiental;
- Técnicas Alternativas de Produção Sustentável.

4.2 - EXTENSÃO:

Na instrumentalização do projeto de extensão serão necessários

Acervo ISA

recursos humanos, material permanente e de consumo, bem como a capacitação técnica, como forma de subsidiar esta extensão que objetivará o levantamento do universo sócio-econômico, cultural e ambiental dos segmentos sociais envolvidos, como também, fornecer técnicas apropriadas na exploração dos recursos naturais e ecossistemas de forma sustentável.

5. METAS:

- Harmonia do homem com a natureza através da integração educação/comunidade em um processo contínuo de compreensão da utilização e manutenção dos recursos naturais, voltada para uma perspectiva futura.
- Melhoria da relação dos homens entre si e com as condições naturais de produção.
- Preparação e qualificação de técnicos, extensionistas e lideranças comunitárias na atuação efetiva da problemática ambiental da região.
- Identificação e análise das informações levantadas, no contexto do universo em estudo.
- Maior produtividade agro-florestal de forma economicamente viável, ecologicamente sustentável e socialmente justa.
- Operacionalização da legislação em vigor através de uma postura crítica e ações concretas sobre o meio ambiente.
- Manutenção da saúde através do equílibrio homem/meio ambiente.
- Conscientização necessária a não depredação da natureza.

6. CUSTOS:

Total Geral: US$ 75,000.00

7. PRAZOS:

Para a elaboração do programa de Educação Ambiental Informal do Estado, será estipulado o prazo de três meses para a conclusão da proposta.

1. TÍTULO

Projeto de Educação Ambiental Para o Ensino Formal

2. OBJETIVOS

Implantar e/ou implementar a proposta de Educação Ambiental formal no Estado do Acre, com vistas à transformação social, na busca por melhores condições de vida.

- Explorar de forma crítica os conteúdos curriculares adequando-os à problemática ambiental;
- Envolver a comunidade escolar nas ações e discussões acerca da questão ambiental;
- Desenvolver esforços no sentido de transformar a ação pedagógica multi em interdisciplinar;
- Oportunizar aos educadores meios que permitam sensibilizá-los sobre a necessidade de engajamento nas ações educativas em defesa de um meio ambiente ecologicamente equilibrado;
- Oferecer apoio técnico-pedagógico ao desenvolvimento das atividades de educação ambiental nas unidades escolares;
- Estimular a integração entre as instituições e entidades envolvidas em atividades ambientais;
- Criar condições que possibilitem a capacitação de recursos humanos envolvidos na educação ambiental.

3. JUSTIFICATIVA

A Amazônia, principalmente a brasileira, é hoje objeto da atenção internacional. Isso se dá em função da preccupação da humanidade em torno das condições de sobrevivência no planeta considerando-se as atuais formas de interrelação homem/meio ambiente.

Pensar formas econômico-políticas alternativas capazes de balizar as relações homem-natureza em novos níveis requer, fundamentalmente, uma profunda ação educativa tanto a nível formal como informal.

A necessidade de uma consciência ecológica deve iniciar-se no Sistema Educacional para envolver a comunidade escolar nas ações de defesa do meio ambiente.

Assim é papel da educação formal trabalhar para organizar esta realidade, a partir da fundamentação científica, dando aos conteúdos curriculares uma abordagem nova capaz de possibilitar

mudanças de pensamento e de atitudes para a transformação social.

4. GRAU DE DETALHAMENTO

Recursos Humanos

. Treinamento de Recursos Humanos: professores, técnicos, apoio administrativo, comunidade escolar, administradores.
. Realização de encontros, seminários, simpósios.
. Cursos de pós graduação.
. Estágios a nível nacional e internacional
. Consultoria

Produção de Material
. Material para cursos
. Material para divulgação
. Material informativo: cartazes, audivisuais, fotografias, panfletos folhetos, textos etc.
. Material didático - pedagógico alternativos (livros) cartilhas, cadernos informativos etc.)

Equipamento e material permanente
. Barcos
. Carros
. Máquina fotográfica
. Vídeo Casste
. Retro-projetor - Tela
. Mimeógrafo
. Máquina de datilografia
. Mesas, cadeiras, armários, arquivos

Aquisição de acervo bibliográfico

5. METAS

. Mobilização da comunidade pré-escolar e ensino fundamental em torno da problemática;
. Capacitação de recursos humanos;
. Operacionalização do currículo a partir da perspectiva ambiental;
. Produção de material didático - pedagógico
. Integração com instituições afins.

Acervo ISA

6. CUSTOS.

Os custos do Projeto serão levantados por ocasião da sua elaboração

7. PRAZOS

O Projeto deverá ser elaborado no início de 1990 com execução prevista em um ano.

Acervo ISA

1. TÍTULO:

Esboço de projeto de criação do Centro Cultural e Ecológico do Amapá

2. OBJETIVOS:

Oferecer à população acreana, espaços onde o lazer esteja próximo à sua identidade histórica, a floresta, na qual manteve uma relação produtiva e conservacionista no desenvolvimento do Estado, unindo os três vértices necessários para criação de parques ecológicos: Cultura, Ecologia e Lazer.

3. JUSTIFICATIVA:

Ao transformar-se violentamente as formas de produção no Acre, a capital do Estado tornou-se alvo principal de um processo desordenado de ocupação. A partir da década de 70 levas de trabalhadores expulsos do interior, desesperadamente buscaram fixar-se nos espaços "livres" da capital do Estado. Multiplicaram-se os problemas de aproveitamento de força de trabalho, da distribuição de bens, da cultura e educação, de saneamento básico e saúde.

Entre os aspectos que compõem o panorama desolador de Rio Branco, destaca-se a destruição de recursos naturais imprescindíveis à vida da cidade. As reservas naturais da capital, encravada em plena floresta amazônica, estão reduzidas a alguns pontos, constantemente prejudicados por invasões, pela exploração imobiliária e outras inúmeras ações predatórias.

Propostas advindas de certos segmentos da sociedade, são unânimes em observar que se oportunize a utilização pública do acervo natural urbano, em toda sua potencialidade, enquanto forma única possível de desenvolvimento e manutenção desse patrimônio, com a urgente criação de parques e hortos florestais, incentivando a vida comunitária e a educação ambiental no contexto atual da cidade. Insere-se nessas reivindicações a aplicação das experiências mais avançadas dos centros de cultura e lazer de massa.

Acervo ISA

Nessas condições, a estratégia indicada consiste no imediato aproveitamento de dois espaços: o primeiro, uma propriedade do Estado, a Colônia Cultural do Amapá, que se constitui no local de maior afluência em termos de programações culturais no Acre. Administrada pela Fundação Cultural, no verão, a área é aberta à toda coletividade. Por oferecer opções mais amplas de lazer a menor custo, e ao abrigo de 56 ha arborizados, praia e campo. A demanda tem aumentado ano a ano, dando lugar às práticas espontâneas diversificadas de entretenimento. Todavia, não dispondo de infra-estrutura, e equipamentos de lazer suficientes.

Nas cercanias encontra-se o aprazível Lago do Amapá, um dos últimos redutos paisagísticos de Rio Branco, a ser desapropriado pelo governo do Estado. Ali a vegetação é intensa, conservando seus elementos primitivos, sendo ainda o único lago existente em Rio Branco.

Portanto, ampliar os equipamentos de lazer, conferindo um elenco de atividades, visando satisfazer o acesso da população às diversas formas de realizações culturais e convivência com o meio natural, tem sido objeto de estudos ou providências práticas adotadas pela administração do Estado.

Nessas circunstâncias, a atual administração, considera imprescindível adotar medidas no sentido de imediato aproveitamento dessas duas áreas de inestimável valor paisagístico, ecológico, cultural, educativo e histórico.

4. GRAU DE DETALHAMENTO:

Proposta a ser detalhada com custos de US$ 20,000.00 para elaboração.

5. PRAZO:

Elaboração da proposta levará cerca de 90 dias.

6. METAS:

- Desapropriação e tombamento do Lago do Amapá.
- Reconhecimento da área através de levantamento geoecológico.
- Locação da área construida, área de lazer e área de preservação.

- Elaboração do projeto.
- Execução das obras.
- Programa de treinamento em combate a incêndios florestais e vigilância para o pessoal de apoio.

Acervo ISA

Acervo ISA

1. TÍTULO:

Saúde Rural.

2. OBJETIVOS:

Levar o mais próximo possivel da comunidade (homem do campo), as ações de saúde. Priorizar as ações básicas, desenvolvidas por elementos da comunidade, capacitadas pela Secretaria de Saúde , permitindo assim que a população rural tenha acesso efetivo aos serviços de saúde com menor custo.
coordenar as ações, reciclar em serviço,supervisionar e apoiar os Agentes de Saúde assegurando à população assistida uma melhor promoção e recuperação da saúde através dos serviços da rede básica de saúde.
Contribuir para a redução de morbi-mortalidade por doenças endêmicas de maior incidência e prevalência na área;
Contribuir para a redução de mortalidade infantil;
Adequar a estrutura das Unidades de Saúde e equipá-las para utilização plena da capacidade instalada;
Incentivar a fixação do profissional de saúde na área rural;
Garantir o fornecimento de insumos básicos, necessários ao desempenho das ações de saúde e saneamento nas áreas programadas;
Garantir a hierarquização das Unidade de Saúde;
Garantir o desenvolvimento dos Programas de Imunização, Materno-Infantil, Tuberculose e Hanseníase;
Implantar serviço de hemoscopia de malária para diagnóstico e tratamento mais rápido e especifico;
Manter equipe de atendimento rural multidisciplinar para apoio e supervisão nos Postos de Saúde.

3. JUSTIFICATIVA:

Apresentando traços comuns no que diz respeito à pecularidade geo-politica, social e econômica, a Amazônia, e particularmente o Estado do Acre, sem dúvida carece de ações de saúde simplificadas, principalmente levando-se em consideração a grande parcela da população representada por seringueiros, parceleiros e comunidades indígenas na área rural.

A Secretaria de Saúde, como órgão coordenador e executor das ações de saúde a nível estadual, muito contribuirá para o incremento das ações na área rural.

As atividades serão desenvolvidas a nível local, nos Postos de Saúde, através de ações delegadas a líderes locais (residentes na própria área) devidamente treinados, objetos de atuação do projeto, sob supervisão pediódica do nível central, bem como através de atendimento médico-odontológico suplementar , visando atuar em nosologias que extrapolam as atribuições do Agente local.

O Estado do Acre ocupa uma área de 152.589km² na região amazonica com uma população aproximada de 400 mil habitantes, residentes em grande maioria no interior, distribuindo-se de modo disperso ao longo dos rios, como também nos centros dos seringais, locações, aldeias indígenas e pequenas populações localizadas no interior da floresta, e áreas de colonização. A densidade populacional chega a pouco mais de 2,3 habitantes /km². Ao todo, o Estado é formado por 12 municípios, sendo 4 localizados no Vale do Juruá, e os demais no Vale do Purus , (dos quais 3 serão benficiados pela proposta).

O nível de saúde da população radicada nos municípios de Plácido de Castro, Rio Branco e Senador Guiomard Santos (Vale do Purus), sejam quais forem os indicadores utilizados para mensurar sua qualidade serão sempre baixas, tendo como causa predominante a alta incidência de doenças sociais que cohabitam com problemas de saúde, tipicos de países do terceiro mundo. Encontramos, por exemplo as doenças preveníveis, como as diarreias, leischmamiose, hanseníase e tuberculose, problemas especificos de Saúde Pública, ao lado das doenças degenerativas como as circulatorias, neoplasias malignas, diabetes e acidentes por causas externas.

Vale ressaltar que são precárias as condições de moradia na área rural, e o saneamento inexistente. A utilização de fossas negras na área urbana chega a um percentual de mais de 50%, como agravante da inexistencia de uma rede de esgoto. Contamos com um baixo indíce de permeabilidade do solo, áreas inundaveis com moradias (tipo palafitas), esgotos industriais sem mais tratamento especifico.

Acervo ISA

Devido ao crescimento caótico e desordenado, ao exôdo rural e a migração crescente para nossa região, surgem em áreas alagáveis, sub-habitações sem as mínimas condições de higiene e desprovidas de infra-estrutura. Embora tenha havido um aumento considerável de recursos financeiros e materiais, as condições sanitárias e ambientais têm evidenciado significativo indicador da qualidade de vida, pois sua função no equilíbrio de relacionamento homem e natureza é deficiente.

O empenho tem sido feito com afinco na tentativa de minimizar as distorções e o quase completo abandono no campo de saúde, verificado em todo o Estado, com agravante na área rural. Todavia os esforços vêm sendo estrangulados pelas dificuldades geo-econômicas deste Estado e, principalmente, por sua forma de ocupação. Projetos implantados em zonas pioneiras com desmatamento desordenado e sem orienteção cientifica, acrescido das dificuldades do próprio meio, como vias de acesso, população dispersa, migração constante, dificuldade de comunicação, baixo nível socio-econômico e cultural, prevalência de endemias como malária e doenças infecciosas e parasitárias.

A maioria dos Postos de Saúde da área rural de Rio Branco, Senador Guiomard Santos e Plácido de Castro, localizados em áreas de difícil acesso, para atender uma população estimada em 68.571 habitantes e uma rede física de 50 Postos de Saúde, caracterizada pela ausência de saneamento básico, precárias condições de funcionamento, dificuldades de acesso, por apresentar a região solo argiloso que não permite tráfego estradas vicinais no período invernoso, bem como serviços de saúde distanciados em demasia para atender todas as necessidades de sua população.

Evidencia-se a importância e a necessidade indispensável ao profissional de saúde que caracteriza o "Agente de Saúde Rural", atuando na prevenção, promoção e recuperação da saúde da população da área, através do atendimento primário. Desta forma, o Agente de Saúde deve ser elemento reflexivo, capaz de envolver concretamente a população no desenvolvimento dos serviços básicos de saúde, um efetivo detentor do conhecimento da problemática de saúde do seu meio.

Acervo ISA

No setor de Saúde, a crescente demanda por serviços assistenciais e as mudanças nos padrões de morbidade intimamente ligados ao custo e à escassez de recursos, determinam desta forma, grande preocupação com a eficácia e eficiência dos serviços, determinando, assim, a questão central no planejamento de saúde objetivando melhor utilização dos referidos recursos com racionalidade quanto à sua distribuição e utilização.

Torna-se válido conhecer-se bem a organização dos serviços de saúde em áreas urbanas, embasadas na análise da realidade concreta visando fomentar propostas estratégicas de apreensão de conhecimentos e distribuição dos equipamentos que nos permitirá evitar a estagnação e mesmo retrocesso das ações de controle e prevenção de doenças evitáveis, sobremaneira as de maior endemicidade.

Diante do exposto o Governo do Estado, através da Secretaria de Saude, necessita equipar e reequipar a rede de Postos de Saúde, para utilização plena de sua capacidade física instalada a fim de minimizar a problemática existente.

Ao obter-se suporte necessário para o desenvolvimento de tais atividades criar-se-á um grupo voltado para implantação de todas as metas previstas adotando um modelo flexível de acompanhamento e promovendo a participação dos indivíduos que atuam nos serviços primários de saúde, elevando qualitativamente a assistência global às populações rurais.

4. GRAU DE DETALHAMENTO:

Projeto já concluído

5. METAS:

- Capacitar 60 Agentes de Saúde para atuar na rede básica de saúde na área eleita.
- Adquirir equipamentos e material permanente para os 50 Postos de Saúde.
- Acompanhamento e avaliação mensal das atividades desenvoldas nas Unidades de Saúde.
- Manter equipe de atendimento rural para supervisão nas Unidades de Saúde, mensalmente de acordo com cronograma.

Acervo ISA

. Adquirir microscópios para implantar serviço de hemoscópia de malária em 50 Postos de Saúde.

. Implantar os Progamas Materno-Infantil, Imunização, Tuberculose e Hanseníase nos Postos de Saúde.

6. CUSTOS:

. Treinamento de Recursos Humanos	US$ 1,720,000
. Atividades de Supervisão	1,680,000
. Aquisição de equipamentos e material permanente (Toyotas, barcos, microscópios e e materiais permanentes).	4,500,000
. Implantação dos programas:	
. Materno-infantil	1,200,000
. Imunização	2,300,000
. Tuberculose	930,000
. Hanseníase	615,000
TOTAL	US$ 12,945,000

Acervo ISA

1. TÍTULO

Programa Estadual de Saneamento Rural

2. OBJETIVOS

Implantar sistemas de saneamento nas comunidades rurais de 200 a 5.000 habitantes beneficiando inclusive as populações dispersas nos seringais próximos; e implementar ainda, no processo, ações educativas e participativas em saúde, a fim de garantir a eficácia do programa nos aspectos sócio-econômicos.

3. JUSTIFICATIVA

No Acre, de uma maneira geral, duas categorias de causas podem explicar o problema de saúde. A primeira, tem como responsável o próprio sistema institucional; a outra, diz respeito, aos diversos parâmetros sócio-econômcios como níveis de renda e educação, precariedade dos sistemas de abastecimento de água, ausência de saneamento básico, etc.

No meio rural em particular, a quase totalidade das moradias não dispõem da mínima infra-estrutura sanitária como privadas, valas ou outros recursos de qualquer natureza, para a disposição final dos dejetos e águas servidas.

Para o abastecimento humano, a água, provém basicamente dos igarapés, que também são utilizados para a lavagem da roupa, dos utensílios domésticos e para o banho, podendo ser esse um indicador dos altos índices de endemias como a verminose, hepatite e as intero infecções.

Uma análise do quadro nosológico, permite constatar que persiste incidindo, de maneira acentuada, as doenças relacionadas com o saneamento. Assim, torna-se urgente a adoção de mecanismos a fim de reverter o quadro atual.

4. GRAU DE DETALHAMENTO

O presente programa, encontra-se com seus estudos bastantes avançados, na fase de anteprojeto, possuindo uma experiência piloto implantada na Vila Santa Cecília, em 1989.

Há necessidade, no entanto, para a elaboração de projeto executivo de articulação nas comunidades rurais mencionadas no Programa, bem como o detalhamento das soluções adotadas em cada caso.

Acervo ISA

5. METAS

Atender a 100% da população das 108 comunidades rurais selecionadas - 87.474 habitantes - com serviços de abastecimento de água, esgoto sanitário e melhorias sanitárias, através de soluções coletivas e individuais.

6. CUSTOS

US$ 17,506,608.51

7. PRAZOS

. Elaboração de projetos executivo e articulação com as comunidades	6 meses
. Execução do programa	4 anos

Acervo ISA

1. TÍTULO:

Avaliação da produção de lixo nas sedes dos municípios do Acre e de núcleos urbanos recentes.

2. OBJETIVOS:

Realizar levantamentos nas sedes dos municípios para avaliar e estimar o volume de lixo por tipo e origem, a fim de se definir uma proposta de coleta e tratamento alternativo apropriado à realidade social, econômica e tecnológica de cada um deles e às suas condições ambientais.

3. JUSTIFICATIVA:

Os sistemas de coleta e tratamento de lixo adotados nos municípios e em alguns núcleos urbanos (quando adotados) são incipientes e limitados. Não atendem grande parte das populações, se baseiam em métodos tradicionais e escolhem aleatoriamente, as áreas destinadas ao deposito do lixo. Com isso promovem uma agressão generalizada aos recursos naturais, impossibilitando o uso social de significativas áreas verdes e córregos d'água, igarapés.

Praticamente inexiste reaproveitamento ou reciclagem do lixo, orgânico ou inorgânico. Tudo é desperdiçado, mesmo havendo aparentemente um volume que viabiliza o funcionamento de diferentes estruturas para a transformação, o que proporcionaria geração de renda conservando-se os ambientes. E um outro fato agravante é o despejo no mesmo ambiente do lixo proveniente das mais diferentes fontes, ou seja, o lixo doméstico, hospitalar e comercial são acomodados conjuntamente sem haver o mínimo de tratamento individualizado.

4. GRAU DE DETALHAMENTO:

Serão realizados levantamentos do lixo doméstico, hospitalar, comercial e industrial das sedes dos municípios e de alguns núcleos urbanos. Nestes identificar-se-ão o tipo, o volume e as condições que se encontram.

Acervo ISA

No entanto para realizá-los deverão ser definidas, primeiramente as áreas para amostras, a metodologia a ser aplicada nos levantamentos, a quantidade e tipo de material a ser utilizado; a partir dai será definido o número de pessoas e o tempo necessário para realiza-los.

Desta forma a elaboração da proposta técnica definitiva do projeto irá requerer um tempo de 3 meses aproximadamente e a participação de 3 profissionais ligados a área. Estes deverão realizar levantamentos cartográficos e cadastrais urbanos em cada uma das sedes dos municípios e núcleos, bem como aferição visual dos diferentes agrupamentos residenciais existentes, além da percepção das ansiedades das comunidades quanto a coleta e tratamento do lixo. Para tanto serão gastos recursos nas viagens aéreas para 8 municípios, nas hospedagens e alimentação dos 3 técnicos, no registro visual (fotos/slides), e na elaboração e reprodução de mapas.

5. METAS:

Finalizados os levantamentos sobre o lixo, será estimada a produção por sede e núcleo, sendo o lixo identificado por tipo e condições que se encontram. Somando estes dados as perspectivas e ansiedades da população deverão ser indicados sistemas, apropriados a cada situação existente.

6. CUSTOS:

US$ 3,154.00

7. PRAZOS:

A elaboração da proposta técnica final do projeto exigirá no mínimo 3 meses, iniciada a partir da fase não chuvosa no Acre.

Acervo ISA

DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

1. TÍTULO:

Projeto de Infra-estrutura Alternativa para População de Baixa Renda.

2. OBJETIVOS:

Proporcionar à população de baixa-renda condições adequadas de infra-estrutura urbana - saneamento básico e energia elétrica- como forma efetiva de melhoria de qualidade de vida.

3. JUSTIFICATIVA:

A Capital do Estado do Acre, Rio Branco, com seus atuais 183.857 habitantes, passa por um processo de crescimento acelerado, com taxas que ultrapassam a casa de 10% ao ano.

Este processo de migração permanente vindo da zona rural e de outras unidades de federação cria na estrutura urbana da cidade situações dramáticas no que diz respeito ao assentamento destas populações.

Como a grande parte desta população migrante é de baixa renda, a consequência imediata deste processo se revela nas áreas periféricas da cidade, onde se coloca uma constante a invasão de terrenos vazios, públicos e/ou privados, como forma de solução imediata do problema habitacional destes migrantes.

Com o intuito de fazer frente a este processo, a Prefeitura Municipal de Rio Branco, ainda em 1985 implantou um programa Municipal de lotes Urbanizados e executou um assentamento no loteamento Tancredo Neves, com 1.180 lotes distribuídos, numa área total de 54,9 ha.

Com o mesmo objetivo, o Governo do Estado do Acre, em terras doadas pela LBA - Fundação Legião Brasileira de Assistência, executou um assentamento no loteamento LBA, beneficiando 640 famílias.

Em razão das grandes dificuldades financeiras da Prefeitura e Governo do Estado desde àquela época, os lotes constituídos dos projetos foram implantados apenas com o arruamento assegurado, como forma inclusive de organizar a ocupação espacial e garantir menores custos da infra-estrutu necessária.

Assim, este projeto busca melhorar efetivamente o padrão de vida população residente nos loteamentos referidos com execu

ção dos serviços de saneamento básico - água e esgoto - e distribuição de energia elétrica.

Como parte integrante do projeto e de grande relevância social, prevê-se a construção de unidades hidro-sanitárias compostas de bacia sanitária, chuveiro e tanque de lavagem.

Toda ação descrita deverá ser implementada com base em tecnologia apropriada às condições locais e atuais, com uma participação ativa da população beneficiada.

4. GRAU DE DETALHAMENTO:

O projeto em tela encontra-se já totalmente concebido, inclusive com projeto executivo e memoriais já elaborados, necessitando de articulação com a população beneficiada de modo a garantir sua participação efetiva no processo.

5. METAS:

Beneficiar 1820 famílias de baixa renda num total de 9.100 pessoas com serviços de:

Esgoto

rede coletora..... 8.074,00 m
ramal condicional e extensões.....50.571,00 m

Água

rede de distribuição..... 7.467,00 m
ligações domiciliares..... 7.704,00 m

Unidades hidro-sanitárias

construção e instalações ..... 1.420 Un

Energia Elétrica

rede de distribuição..... 9.120,00 m

6. CUSTOS:

US$ 268,224

7. PRAZOS:

Prazo de execução ..... 8 meses
Época ideal para início dos serviços.....abril de 1990

Acervo ISA

1. TÍTULO:

Projeto de Desenvolvimento Comunitário.

2. OBJETIVO:

Fortalecer as Comunidades organizadas em torno da produção pela otimização de recursos destinados a fomentar suas atividades produtivas.

3. JUSTIFICATIVA:

O projeto destina-se a implementar o desenvolvimento econômico nas comunidades de seringueiros, indígenas, ribeirinhos, projetos de colonização e pequenos produtores, pela necessidade de fixar o homem na floresta, aumentar sua produção e ampliar a sua participação no mercado interno e externo. Para isso deverão ser elaborados projetos específicos de desenvolvimento, baseados nas necessidades expressas dessas comunidades e que possam ser executados em conjunto com seus organismos representativos.

4. GRAU DE DETALHAMENTO:

Os projetos finais devem estabelecer:
- Quantas e quais comunidades a serem beneficiadas;
- As ações a serem executadas em cada comunidade;
- Os organismos executores;
- Os métodos de execução;
- Os equipamentos necessários;
- Os custos de cada programa;
- Os prazos de execução;
- Os resultados a serem obtidos.

5. METAS:
. Realizar levantamento de necessidades e situação das comunidades;
. Elaborar junto com os representantes das comunidades progra de desenvolvimento econômico sustentável.

6. CUSTOS:

- diárias dos técnicos - US$=28.391,16
- consultores - US$=9.463,72
- material de consumo - US$=4.731,86
- gastos com terceiros - US$=15.772,87

TOTAL: US$ 58.359,62

7. PRAZO

A elaboração do Projeto deverá se estender por 3 meses, com início na passagem da estação, ou seja, outubro, novembro e dezembro ou março, abril e maio.

Acervo ISA

MONITORAMENTO, CONTROLE, FISCALIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

1. TÍTULO:

Implantação de laboratórios de controle ambiental

2. OBJETIVOS:

Dotar o Estado, em particular o Instituto de Meio Ambiente do Acre-IMAC, de laboratório de análises ambientais, particularmente para realização de análises físico-quimicas e biológicas dos recursos naturais (solo e água) a fim de apoiar as ações de licenciamento e monitoramento de atividades com grau de impacto ambiental.

3. JUSTIFICATIVAS:

No Acre já são significativos os impactos e as alterações sobre o meio ambiente provocados por diversos empreendimentos. Ao IMAC cabe fiscaliza-los, monitorar a qualidade dos recursos naturais que eles utilizam, controlar a qualidade dos ambientes visando a garantia de um nível mínimo de qualidade de vida das populações, bem como a preservação e conservação do patrimônio natural. Na realidade essa tarefa torna-se quase que impossível, pois o IMAC não possui o mínimo de estrutura em equipamentos e aparelhos laboratoriais e de recursos humanos para analisar e avaliar a situação e as condições dos elementos naturais. Não fossem as análises químicas e fisico-químicas realizada pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, neste ano de 1989, seria impossível controlar o nível de poluição provocado pelas industrias de Rio Branco. Entretanto, as perspectivas de controle diminuem muito, ao se confirmar o asfaltamento da BR. 364, trecho Porto Velho-Rio Branco, pois com o previsível incremento no número de empreendimentos a serem instalados esse controle certamente tornar-se-á muito mais difícil.

4. GRAU DE DETALHAMENTO:

Deverá ser indicada área para edificação do prédio e definida a dimensão de sua área física.

Acervo ISA

Por esse motivo será necessário um período de 2 meses para elaboração da proposta técnica final do projeto, apesar de já terem sido efetuados os levantamentos e o orçamento dos custos do material permanente, equipamentos e aparelhagem, e material de consumo necessários.

5. METAS:

A principal meta deste laboratório, imediatamente após a sua implantação, será a realização do controle da qualidade das águas superficiais e subterrâneas e do solo, afetados pelas atividades industriais e agrícolas, nos municípios do Vale do Rio Acre. A partir do segundo ano estender esse controle para os demais municípios do Estado.

6. CUSTOS:

Para a implantação e instalação do laborátorio, não contabilizando-se os gastos com aquisição de terreno e construção do prédio, estima-se um custo de US$ 1.000.000,00

7. PRAZOS:

Este projeto é possível de ser iniciado tão logo esteja concluída a proposta técnica final, e definida a área para edificação do laboratório.

Acervo ISA

1. TÍTULO:

Criação e implantação de áreas de preservação permanente

2. OBJETIVOS:

A Amazônia não dispõe ainda de unidades de conservação efetivamente funcionando para que possamos ter garantida a preservação da maior biodiversidade do planeta. Esta proposta, com caráter de pré-projeto, pretende analisar os principais fatores que condicionam a ausência de uma rede de áreas preservadas representativas da dimensão biológica da Amazônia, e propor ações específicas para o Estado do Acre.

3. JUSTIFICATIVA:

Cresce a nível mundial o entendimento de que a conservação dos recursos selvagens é essencial para o desenvolvimento, e está em construção uma argumentação econômica para a proteção das espécies vegetais e animais da terra, condicionada por motivos tanto éticos, como estéticos e científicos.

Estima-se que a Amazônia abrigue cerca de 3 milhões de espécies. Isto significa dizer que a cada 10 espécies do planeta, 6 estão na Amazônia, o paraíso da biodiversidade.

A Amazônia, no entanto, caracteriza-se pela falta de padrão, pela multiplicidade de fenômenos ainda pouco conhecidos, que montam, desmontam e remontam, que estabelecem uma dinâmica, que mantem o seu chamado " equilibrio ". Por isso definir critérios para conservação desta região é uma tarefa de difícil realização.

Estas dificuldades são agravadas para a situação do Estado do Acre, vejamos:

- a região do Estado tem pequena cobertura de inventário biológico, restrita a poucos grupos taxonômicos;
- os indícios dos levantamentos mais completos mostram que a região onde o Acre está inserido tem a mais alta biodiversidade da Amazônia (o que já é válido para plantas e primatas).

Acervo ISA

- a situação fundiária do Acre, do ponto de vista formal, está caracterizada por grandes latifundios. 50% da área do Estado, o que equivale a cerca de 7.500.000 de ha, constituem menos de 2.500 imóveis;
- a situação fundiária real é caracterizada pela ocupação ex - trativista de grande parte do Estado.
- estima-se que pelo menos 30% da população do Estado vive do extrativismo;
- as áreas de preservação criadas ou propostas para criação , não levaram em consideraçõa critérios elementares, e baseiam--se na visão sucinta da intocabilidade das reservas;
- a infraestrutura e o pessoal especializado disponíveis no Acre são pequenos e requerem preparação para o estabelecimento de unidades de conservação;
- a cooperação nacional e internacional somente agora começa a ser praticada pelas instituições do Estado;
- as perspectivas de preocupação econômica do Acre estabelecem uma urgência para a criação e implantação de unidades de conservação representativas da biodiversidade da região;

A proposta do Estado do Acre é estabelecer um programa de conservação com as seguintes características:

a) estabelecimentos de unidades de conservação baseadas nos seguintes critérios considerados conjuntamente dentro do possível: (I) distribuição conhecida de espécies; (II) espé - cies ameaçadas de extinção; (III) inclusão de ambas as margens dos rios; (IV) considerar quatro áreas biogeográficas (Madeira, Purus, Região de Bambu, Juruá); (V) inclusão de todas as tipologias vegetais existentes; (VI) dimensão adequada à manutenção do maior número possível de espécies; e (VII) minimizar os custos de desapropriação estimulando a criação de reservas privadas; (VIII) compor as áreas de preservação permanentes com as áreas de reservas extrativistas e indígenas como elemento de manejo de recursos, sobretudo da caça
b) estimular, através da conscientização e incentivos, a criação de áreas privadas de preservação permanente.
c) implantar as áreas já criadas definindo um plano de manejo.

Acervo ISA

4. GRAU DE DETALHAMENTO

O projeto de criação e implantação de áreas de preservação permanente está sendo elaborado pelo IMAC e IBAMA com a definição preliminar de áreas recomendáveis para preservação e o início dos levantamentos básicos para compor os dados necessários para elaboração do plano de manejo.

Para a realização das propostas de plano de manejo e criação de novas áreas será constituída uma equipe com biólogo, geógrafo, cartógrafo e pessoal de campo.

5. METAS:

a) fazer o plano de manejo das unidades de conservação do Estado do Acre.
b) propor a criação de unidades de conservação nos principais entre rios do Estado.
c) formar recursos humanos na elaboração e execução de planos de manejo e no uso multiplo de foresta.

6. CUSTOS:

Para a realização dos levantamentos básicos, elaboração dos planos de manejo e proposição de novas áreas, estima-se que são necessários em 5 anos cerca de US$ 320.000/ano.

7. PRAZOS:

Serão necessários cinco anos, atuando prioritáriamente nas áreas com maior risco de desmatamento. O projeto está em condições de ser iniciado imediatamente.

Acervo ISA

1. TÍTULO:

Projeto de criação e implantação de Áreas Verdes nas sedes dos municípios do Acre.

2. OBJETIVOS:

Criação de uma paisagem urbana adequada às condições histórico-culturais da população, bem como às condições urbanas do município, com atendimento em especial às áreas de baixa renda com as seguintes ações específicas:

. Recuperação e valorização de paisagens urbanas.
. Identificação, recuperação e preservação das áreas verdes existentes na malha urbana.
. Recuperação e equipamentação dos logradouros públicos - praças, parques, vias.
. Implantação, urbanização e equipamentação de áreas de lazer, cultura e esportes.
. Arborização de vias.
. Implantação do programa de animação cultural e recreativa no Horto Florestal.
. Utilização do investimento direto às entidades de organização para implantação, conservação e uso das áreas verdes e equipamentos urbanos.

3. JUSTIFICATIVA:

As cidades do Acre hoje apresentam suas paisagens urbanas completamente deterioradas, carentes de áreas verdes, de lazer e recreação, de cultura e esportes, bem como de um tratamento paisagístico em suas vias de circulação.

As poucas praças que um dia foram implantadas encontram-se atualmente, com raras excessões, em precárias condições, com seus equipamentos em grande parte destruídos.

Isto se deveu a dois fatores basicamente: um refere-se à pouca ou nenhuma manutenção nestes espaços após a construção,

pelas Prefeituras, e outro refere-se à sobrecarga de utilização dada as poucas opções de lazer e recreação existentes até então. As Prefeituras necessitam efetuar a identificação das áreas públicas nos diversos bairros a fim de implementar um programa de animação nas cidades e reduzir o agudo déficit de áreas verdes equipadas. Paralelamente, é necessário reconhecer as principais áreas verdes-maciços a fim de traçar um programa específico de preservação e utilização desses espaços de forma a incorporá-los efetivamente à paisagem urbana.

Da mesma maneira, poucas vias de circulação possuem tratamento paisagístico adequado, sendo urgente a reversão deste quadro face a incidência solar, para que o pedestre possa efetivamente ocupar seus espaços de circulação.

Em síntese, a proposta de recuperação e criação de novos espaços de lazer, recreação, cultura e esportes e uma política de áreas verdes vêm diretamente ao encontro da melhoria de qualidade de vida da população.

4. GRAU DE DETALHAMENTO:

Os projetos não estão iniciados, sendo sua elaboração precedida de um zoneamento das sedes dos municípios.

5. METAS:

- Recuperação, urbanização e equipamentação de praças públicas existentes.
- Identificação e recuperação das áreas verdes-maciços existentes de modo a inserí-los numa política de zoneamento do solo urbano.
- Implantação, urbanização e equipamentação de áreas de lazer, recreação, cultura e esportes.
- Arborização das vias urbanas.
- Execução do programa de animação cultural e recreação nas áreas verdes.

6. CUSTOS:

A elaboração do projeto e o levantamento de dados envolverá aproximadamente US$ 250,000.

7. PRAZOS:

A elaboração do projeto envolverá 120 dias.

Acervo ISA

1. TÍTULO:

Estabelecimento de parâmetros e indicadores para licenciamento ambiental.

2. OBJETIVOS:

Estabelecer parâmetros e indicadores para o licenciamento de atividades com potencial de impacto sobre o meio ambiente, no Estado do Acre.

3. JUSTIFICATIVA:

O Estado do Acre, tem sofrido no decorrer das últimas décadas uma ocupação desordenada do seu espaço territorial, aliada a uma exploração inadequada dos seus recursos naturais. Esse processo de ocupação e exploração tem resultado em graves problemas sociais e ambientais.

Desde a década de 70 a estrutura fundiária do Acre, consolidada na forma de seringais, vem sendo substituída por latifúndios, baseados na atividade pecuária extensiva. Até o momento já foram ocupados com pastagens mais de 500.000 ha, dos quais, a maior parte apresenta baixa produtividade - cerca de 70 Kg/ha/ano de carne - apesar da base tecnológica disponível possibilitar a triplicação dessa produtividade, tornando-a sustentável por 20 anos. Tal fato reduziria a pressão dos desmatamentos sobre a floresta, permitindo maior capacidade de suporte às pastagens existentes. Faz-se necessário, portanto, a definição de indicadores e parâmetros mínimos para o licenciamento desta atividade.

Ao final da década de 70, teve início no Acre a instalação de projetos de colonização, na época denominados Projeto de Assentamento Dirigido - PAD, através do INCRA, com seis projetos instalados até o momento. Ao longo desses anos os projetos foram ocupados de maneira irracional, não sendo obtido o retorno social e econômico esperado, agravando o quadro de penúria e abandono no qual se encontravam os pequenos produtores rurais

Acervo ISA

do Acre. Além disso, viabilizou um processo de desmatamento irracional da floresta, para desaguar numa produção agrícola insignificante, de baixa produtividade, que não captaliza os colonos e, mais grave ainda, responsável pela degradação de algumas áreas, a qual poderá inviabilizar o seu aproveitamento econômico. Em virtude desses fatos e do avanço irremediável destas práticas, torna-se urgente que se delimitem os parâmetros e indicadores para se exigir uma agricultura e pecuária mais eficientes e menos predatórias dos parceleiros já instalados e uma orientação apropriada no caso de instalação de novos projetos.

A exploração madeireira no Acre tem sido feita de maneira oportunística, sendo favorecido unicamente o princípio econômico, prevalecendo a extração ao longo dos rios e estradas, restrita a espécies de maior aceitação no mercado, sem qualquer viabilidade de retorno social e econômico para as populações extrativistas tradicionais do Estado e sem preocupação ecológica de uso dos recursos naturais. Tendo em vista a grande vocação florestal do Acre, faz-se necessário o estabelecimento de indicadores e parâmetros compatíveis com a realidade das atividades florestais no nosso Estado.

A econômia do Estado do Acre está baseada há quase um século, no extrativismo da borracha e da castanha. Comparando-se os impactos ambientais causados pela extração madeireira, pela pecuária, pela agricultura e pelo extrativismo existentes na Amazônia, constata-se que esta última caracteriza-se como uma atividade conservacionista. Entretanto, não é exatamente esta a realidade constatada através de pesquisas e levantamentos, haja vista que em certas áreas predominantemente extrativistas, espécies animais estão praticamente extintas, supondo-se que seja em decorrência da caça excessiva que a população nativa realiza. Não obstante essas práticas, o governo do Estado do Acre vem adotando política visando a criação de reservas extrativistas, ao mesmo tempo em que procura estimular a intensificação e ampliação do extrativismo. Com isto, objetiva-se aumentar e

e diversificar o extrativismo dando a esta atividade um caráter empresarial, o que poderá redundar, contudo, em exploração mais intensa da floresta, havendo, consequentemente, pressão sobre mais algumas espécies. Diante de tal quadro, torna-se urgente a criação de instrumentos e mecanismos que possibilitem a realização de um extrativismo mais produtivo e verdadeiramente conservacionista.

O Acre, no contexto amazônico, reúne condições ambientais peculiares e singulares, que não são encontradas em outras regiões do País. Com o avanço da fronteira agrícola, nossa região vem sendo ocupada pelos mais diversos tipos de empreendimentos agrícolas, sejam eles de culturas perenes ou direcionadas para o desenvolvimento de agroindústrias. Tem sido utilizadas as mesmas tecnologias adotadas para o Centro-sul, sem que haja qualquer adaptação de tais tecnologias para as condições ambientais da nossa região. Cabe, portanto, que sejam definidas condicionantes e regras mínimas que orientem os caminhos mais adequados, a fim de que esses empreendimentos agrícolas possam funcionar respeitando as condições ambientais existentes.

Segundo levantamento do RADAMBRASIL e do DNPM, o território acreano não possui jazidas de minérios nobres, como ouro, cassiterita, sendo acusado, apenas, a presença de algumas jazidas de gipsita nas margens de alguns rios. Não obstante esta falta de minerais nobres, tem sido intensa a extração de areia, a partir dos leitos dos rios, principalmente no Rio Acre, e de argila, para as olarias. Considerando que a indústria da construção civil, principal consumidora de produtos cerâmicos e de areia, vem crescendo num rítmo acelerado e, em função dos impactos que a exploração dos citados minérios trazem ao meio ambiente, faz-se necessário que sejam definidos e estipulados os parâmetros e indicadores que possam servir de base para o licenciamento destas atividades.

Acervo ISA

4. METAS:

O Instituto de Meio Ambiente do Acre - IMAC, enquanto órgão responsável pela execução da política ambiental no Estado, busca a partir do licenciamento de atividades com potencial de impacto ambiental, cumprir o seu papel de conservar e preservar o meio ambiente. Para que seja alcançada tal meta, faz-se necessário a capacitação dos técnicos deste órgão, através da contratação de consultorias, aquisição de bibliografia e equipamentos e de reuniões técnicas, a fim de que possam ser definidos os parâmetros técnicos que servirão de base para a análise de projetos e concessão de licenças, e que ao mesmo tempo possibilite o acompanhamento das atividades, através de programas de monitoramento e fiscalização.

5. CUSTOS:

Considerando a contratação de consultorias, concessão de diárias, pagamento de honorários e aquisição de passagens, estima-se em US$ 125.812,50 os gastos com este projeto.

6. PRAZOS:

Devido a necessidade básica da determinação de tais parâmetros e indicadores no menor espaço de tempo possível, calcula-se que este projeto seja executado em 180 dias, devendo os trabalhos serem iniciados no primeiro semestre de 1990.

Acervo ISA

a normalização do fluxo de transporte de produtos economicamente desejáveis, além de possibilitar maior controle na comercialização facilitando também a penetração das ações governamentais no interior do Estado.

4. GRAU DE DETALHAMENTO:

O Anteprojeto de Engenharia dos Portos e dos Embarcadouros encontra-se concluído. Como o estudo de Viabilidade Técnico-Econômica deste Programa já está concluído, ele poder ser iniciado imediatamente.

5. METAS:

As principais metas a serem alcançadas com a implantação deste Programa estão a seguir discriminadas:

. Favorecer a melhor integração regional;
. Contribuir para a melhor comercialização dos produtos de origem extrativa vegetal, bem como possibilitar a adoção de controle e fiscalização por parte do Estado no sentido de a exploração não continuar sendo predatória;
. Desestimular a prática de comércio informal, contribuindo para elevar a arrecadação fiscal decorrente deste comércio;
. Facilitar as ações governamentais nas regiões interioranas do Estado.

6. CUSTOS:

A implementação desse Programa requer um volume de recursos da ordem de US$ 22,7 milhões. A estimativa destes investimentos baseou-se nos quantitativos de serviços integrantes do Anteprojeto de Engenharia.

7. PRAZOS:

O prazo de execução do Programa, de acordo com o Cronograma Físico estabelecido no Estudo de viabilidade, é de 2 anos. O Estado do Acre apresenta duas estações climáticas muito definidas (períodos de estiagem e de chuvas); supôs-se que todas as obras de engenharia iniciem-se no primeiro mês de estiagem (geralmente abril).

Acervo ISA

Acervo ISA

1. TÍTULO:

Levantamento do potencial de fontes não-convencionais de energia e implantação de projetos completos.

2. OBJETIVO:

Identificação, quantificação e implantação experimental das fontes de energia existentes no estado, que previlegiem o uso de recursos naturais em bases ambientais sustentáveis e contribua para a redução da importação de óleo combustível.

3. JUSTIFICATIVA:

O atual sistema elétrico do Estado do Acre é formado por subsistemas isolados de natureza térmica, utilizando óleo diesel como fonte primária de energia.

As unidades geradoras dieselétricas têm elevado custo operacional, como consequência das frequentes paradas para manutenção corretiva, da dificuldade de importação de peças de reposição e, ainda, da descontinuidade do abastecimento de óleo combustível.

O estudo do potencial de fontes alternativas de energia deve indicar soluções viáveis para o atendimento de comunidades isoladas no interior, visando eliminar o obstáculo ao desenvolvimento econômico e social do Estado, representado pelo atual sistema de geração de energia elétrica.

Dentre as alternativas de maior viabilidade está a de implantar unidades piloto para atender os municípios do Acre. Por exemplo, pequenas centrais hidrelétricas e termoelétricas que aproveitam a madeira carreada para os rios devido à sua dinâmica natural.

4. GRAU DE DETALHAMENTO:

Para a elaboração do presente projeto são necessários:

- Equipe de trabalho, composta de engenheiros civil, eletricistas e mecânicos, geógrafos, geólogos, topógrafos e economistas.
- Levantamento, coleta e estudo de todas as informações disponíveis nos órgãos oficiais que possam interessar para embasar os levantamentos de campo e consolidar o projeto.
- Levantamento dos potenciais das fontes de energia não-convencionais.

Acervo ISA

. Levantamento topográfico e serviços de geologia
. Elaboração do Projeto Executivo
. Elaboração do Relatório de Impacto Ambiental

Os projetos necessitam ainda ser detalhados.

5. METAS:

. Identificar novas formas de atender às necessidades energéticas de pequenas comunidades isoladas no interior.
. Implantação de 4 unidades de geração de energia a fim de testar e demonstrar a viabilidade de fontes alternativas de energia para pequenos povoados.

6. CUSTOS:

Para os estudos, levantamentos e implantação das unidades estimamos a necessidade de cerca de US$ 1.000.000.

7. PRAZOS:

O prazo estimado para a elaboração do projeto completo e estudos complementares é de 6 (seis) meses, sendo considerado ideal o início no mês de abril.

USP/ESALQ Acervo ISA

APOIO À PRODUÇÃO

Acervo ISA

1. TÍTULO:

Desenvolvimento rural baseado no uso sustentável dos recursos florestais - Apoio ao extrativismo no Estado do Acre.

2. OBJETIVOS:

- Aumentar o nível de vida da população rural que trabalha com extrativismo florestal, tendo como áreas prioritárias as reservas extrativistas do São Luis do Remanso, Cachoeira e Santa Quitéria;
- Fixar o homem no meio rural e assim diminuir a migração rural-urbana;
- Aumentar a oferta e possibilidades de trabalho no meio rural;
- Impedir o desmatamento e assim prevenir os seus efeitos negativos;
- Diminuir os conflitos sociais no meio rural, principalmente pela posse de terra;
- Garantir a preservação e utilização sustentável dos recursos naturais;
- Comprovar as potencialidades do extrativismo como base para modelo de desenvolvimento econômico adequado à região.

3. JUSTIFICATIVA:

Este modelo de desenvolvimento justifica-se em três aspectos essenciais: econômico, ambiental e social.

ECONÔMICO: Durante mais de um século a exploração extrativista da floresta foi praticamente a única fonte de renda para a população acreana. A importância econômica desta atividade ainda hoje está longe de ser esgotada. Uma mostra dessa afirmação pode ser obtida através de dados da Secretaria da Fazenda do Estado relativos ao recolhimento do ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) e revelam que a arrecadação proporcionada ao Estado pela borracha atingiu 18% do total, enquanto que a pecuária e a agricultura, juntos, não chegaram a 3% no ano de 1988.

AMBIENTAL: O modelo de desenvolvimento aplicado na região durante estas duas últimas décadas não atentou para um fato de importância crucial: a fragilidade dos ecossistemas regionais e os altos riscos da degradação ambiental. A exploração extrativista manteve praticamente intocada a floresta por mais de um século.

SOCIAL: Até o início da década de 60, cerca de 80% da população vivia na área rural, em sua quase totalidade desenvolvendo atividades ligadas ao extrativismo da borracha e da castanha. Com a desativação dos seringais a grande maioria da população migrou para a periferia da capital, Rio Branco, em 1980 a população rural do Estado havia se reduzido a 57% do total e a cidade de Rio Branco, com 87 mil habitantes, abrigava 29% da população acreana.

4. GRAU DE DETALHAMENTO:

O projeto prevê a implantação de programas prioritários nas três áreas de Reservas Extrativistas: São Luis do Remanso, Santa Quitéria e Cachoeira e já está sendo detalhada pela FUNTAC e o conselho Nacional de Seringueiros. É importante salientar que o pré-projeto foi posto à apreciação pelo BID e existem negociações em andamento.

5. METAS:

Implantação dos seguintes programas:

. Programas de Educação;

. Programas de Saúde;

. Programa de desenvolvimento Econômico Comunitário:

  a) Garantia do escoamento da produção

  b) Diversificação da produção florestal

  c) Incentivo à formação de cooperativas baseadas em atividades econômicas extrativistas.

. Programa de estruturação para gerenciamento do projeto;

6. CUSTOS:

Estima-se um valor total de US$ 1,1 milhões, sendo que a contra partida do Estado não foi detalhada, uma vez que trata-se de salários, assistência técnica, etc.

7. PRAZOS:

O projeto possui duração total de 48 (quarenta e oito) meses e terá início na medida em que se concretizar o financiamento.

1. TÍTULO:

Projeto de promoção da cacauicultura no Acre.

2. OBJETIVOS:

. Aumentar a produção e a produtividade das plantações de cacau já estabelecidas.
. implantar novas áreas de cacau, em regiões com condições agrobioclimáticas favoráveis.
. Promover estudos agrotecnológicos a nível regional da cultura do cacau.

3. JUSTIFICATIVA:

A cultura do cacau pode se adaptar bem às condições do Acre. Porém são necessárias várias medidas tais como o sombreamento adequado, manejo da plantação, seleção adequada dos solos, definição da fauna polinizadora e identificação e controle de pragas e doenças.

O cacau apresenta vantagens para implantação nas condições do Acre, pois além de perene, o que contribui para a proteção do solo em condições de alta intensidade de chuva, pode oferecer bom rendimento econômico e se adequar à força de trabalho da unidade familiar dos minifundios.

4. GRAU DE DETALHAMENTO:

Dispõe-se de um plano detalhado com custos e cronograma físico-financeiro de execução.

5. METAS:

. Recuperar 500 ha de cacau já instalados;
. Implantação de novas áreas buscando atingir principalmente os pequenos produtores;
. Implantar e manter projetos de pesquisa com vistas a definição de áreas aptas, seleção de espécies e coleção de germoplasma, produção de mudas melhoradas, controle de pragas e

doenças, ao manejo da cultura em sistema agrosilviculturais.

6. CUSTOS:

O projeto detalhado prevê a necessidade de cerca de US$ 2,000,000.00.

7. PRAZOS:

A implementação do projeto se dará em 4 anos.

Acervo ISA

1. TÍTULO:

Projeto de Apoio à Atividade Pesqueira.

2. OBJETIVOS:

- Aproveitar recionalmente os recursos hidrológicos (peixe), na elaboração de farinha de peixe, a partir do excedente da produção.
- Abastecer o mercado, no período de entressafra com o fornecimento de peixe de boa qualidade a custos mais acessíveis ao consumidor.
- Possibilitar maior nível de renda aos pescadores mediante melhor aproveitamento da produção.
- Fomentar o processo de defumação do peixe como uma forma de conservação.
- Reduzir as perdas da produção de peixe não comercializada no período da safra.

3. JUSTIFICATIVA:

A Colonia de Pescadores de Cruzeiro do Sul, a primeira unidade' experimental, desenvolve a pesca a nível artesanal naquele Município, visando o aproveitamento do potencial pesqueiro da região para abastecer o mercado consumidor local, bem como os municípios vizinhos de Mâncio Lima/Ac e Guajará/Am, além da Vila Rodrigues Alves e outras localidades menores.

Um dos maiores problemas enfrentados pela Colonia, prende-se ao fato da mesma não dispor de meios adequados que permitam a conservação do peixe por um tempo além do necessário ao transporte até o mercado consumidor. Devido a este fato as perdas são consideráveis, em torno de 40% da produção.

Isso acaba por provocar a implantação desse produto de outros locais, aumentando, consequentemente, seu custo final.

Considerando essa dificuldade a Colonia de Pescadores de Cruzeiro do Sul necessita de câmaras frigoríficas e de uma fábrica de gelo, para viabilizar um melhor aproveitamento da produção, aumentando, a oferta de peixe durante o ano todo.

Por outro lado, o excedente da produção deverá ser transformado em farinha de peixe e peixe defumado para consumo humano e, certamente, aumentar a renda dos pescadores.

4. GRAU DE DETALHAMENTO:

Projeto em fase de conclusão.

5. METAS:

- Aquisição de duas câmaras frigoríficas com capacidade para 40 toneladas cada.
- Aquisição de uma fábrica de gelo com capacidade de produção de 8 ton/dia.

6. CUSTOS:

Autoclave Vertical 30 l	1.892
Estufa Porte Médio	1.261
Geladeira Comercial	1.261
Prensa Mecânica	1.261
Moinho Elétrico	946
Panela a Pressão 20 l	157
Máquina Manual para Fechar latas de ½ Libra	946
Câmaras Frigoríficas	1.585
Fábrica de Gelo	951
TOTAL..... US$	10.260

7. PRAZOS:

O prazo de execução e acompanhamento do Projeto está previsto em 1 ano.

Acervo ISA

Acervo ISA

1. TÍTULO:.

Apoio à elaboração de Planos Diretores Urbanos.

2. OBJETIVOS:

Dotar todos os núcleos urbanos do Estado de Plano Diretor Urbano com ênfase para os problemas ambientais, de modo a orientar o desenvolvimento urbano e garantir melhores condições de vida para a população.

3. JUSTIFICATIVA:

O Estado do Acre, parte integrante da Amazônia, com seus 153.000 Km^2, passa por um estágio de desenvolvimento de importância reconhecida nacional e internacionalmente.

A população local - povo, técnicos e políticos - procuram no dia a dia, encontrar a estratégia de crescimento e desenvolvimento sócio-econômico-cultural mais adequada para a realidade e perspectivas que se apresentam.

Fatos ocoridos na zona rural do Estado e nas florestas, têm levantado a discussão acerca das distorções do modelo existente de distribuição e desenvolvimento daquela população.

No entanto, esta mesma discussão não vislumbra uma análise mais profunda dos sérios problemas urbanos, sofridos em sua maioria pelo despreparo dos governos municipais na condução das ações públicas para fazer frente à migração constante.

A realidade das cidades acreanas, em especial a capital - Rio Branco, é dramática, desde a inadequada espacialização urbana, em especial as áreas de baixa renda, até a oferta de infra-estrutura e serviços públicos.

No momento em que está posta de maneira efetiva a questão do impacto ambiental provocado pelo crescimento acelerado, torna-se necessário também, uma avaliação mais particular deste impacto no ambiente urbano.

Acervo ISA

A produção dos espaços urbanos no Acre e no país, têm gerado distorções graves sob o aspécto espacial, causado por diversas variáveis, em especial a econômica e cultural.

Já não basta a cidade possuir seu Plano de Zoneamento físico-territorial, elaborado de modo a garantir melhores condições de oferta de infra-estrutura e serviços públicos.

Necessário se faz a inclusão da variável ambiental, a fim de se avaliar profundamente os espaços gerados pelo processo de ocupação humana, os espaços para circulação, recreação e lazer, o espaço verde integrado à moradia, o espaço comercial e industrial, a poluição urbana do ar, som e visual.

É importante salientar a pertinência da inserção das variáveis acima descritas e outras, para que as novas cidades que certamente surgirão no Estado e o crescimento das já existentes sejam feitos em bases adequadas ao momento atual e futuro.

4. GRAU DE DETALHAMENTO:

Para a elaboração do Termo de Referência em questão, dever-se-á constituir um grupo de trabalho multidisciplinar, a fim de garantir a análise de todos os aspectos existentes no ambiente urbano.

O grupo deverá realizar um diagnóstico profundo do espaço urbano das cidades, em especial da capital, e buscar através de simulações variadas um estudo avançado dos cenários a serem obtidos, nas cidades avançadas do século 21.

5. METAS:

Definir um Termo de Referência para a elaboração de Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano com ênfase para os problemas ambientais.

6. PRAZOS:

Diagnóstico, avaliação e proposta: 12 meses.

1. TÍTULO:

Apoio à Instalação de Núcleos Urbanos
- Extrema e Nova Califórnia -

2. OBJETIVOS:

Assegurar a elevação do nível de bem-estar social, econômico e político da população local garantindo serviços públicos básicos como saúde, abastecimento, educação, segurança bem como estimular o aumento da produção agrícola da região.

3. JUSTIFICATIVA:

O Estado do Acre constitue uma das últimas fronteiras do país, fato reforçado pelo crescente movimento migratório que tem caracterizado a ocupação econômica-demográfica da Amazônia, nas últimas décadas.

Não se conhece na história agrária do País, processo migratório sememlhante ao que Rondônia vem vivenciando, conforme atesta a elevadíssima taxa de crescimento demográfico que, na década de 70, atingiu índices superiores a 15% ao ano. Hoje, este fluxo já não se encerra no espaço físico daquele Estado, mas, ao contrário, parte dele, vem nos anos recentes, tomando as direções do Estado do Amazonas e Roraima.

Com as obras de asfaltamento da BR-364, trecho Porto Velho - Rio Branco, única rodovia de acesso ao Estado, a tendência natural será a orientação de parte do fluxo migratório de Roraima para o Acre.

O reflexo imediato desta situação, constatamos nas localidades de Extrema e Nova Califórnia, comunidades assentadas na divisa com Rondônia, que, sem a infra-estrutura mínima necessária capaz de absorver o fluxo migratório, vêem sofrendo um processo alarmante de crescimento demográfico.

Considerando as atuais e precárias condições sócio-econômicas-financeiras que encontra-se o Acre, torna-se de extrema necessidade a adoção de medidas preventivas no sentido de minimizar o impacto gerado pela migração referida.

As ações estabelecidas neste programa privilegiam os aspetos de saúde e saneamento, bom como as ações de fomento a produção.

4. GRAU DE DETALHAMENTO:

O Governo do Estado do Acre tem concentrado esforços e recursos nessa região onde tem mantido uma estrutura administrativa atuante na prestação dos diversos serviços básicos. Em função disso o Estado detém considerável conhecimento de indicadores econômico-sociais da região e diversas propostas de atuação, que dependem apenas de recursos financeiros para sua implementação.

5. METAS:

- Dotar de infra-estrutura física os serviços de saúde e saneamento dos dois núcleos urbanos.
- Assistir 1.400 produtores com orientação técnica; montar uma infra-estrutura de armazenamento, transporte e comercialização de produtos agrícolas.
- Ampliar 9 salas de aulas já existentes e construir e equipar uma na área rural.
- Expandir a rede de energia elétrica na Vila Extrema num total de 9.000 metros.
- Abrir cerca de 100 km de estradas vicinais.
- Implantar sistema de abastecimento de água nos dois núcleos urbanos.

6. CUSTOS:

US$ 1,235,914.20

7. PRAZOS:

Elaboração de Projetos executivos..... 3 meses

Execução do Projeto..... 6 meses

Época ideal para início.....Março/1990

Acervo ISA

1. TÍTULO: .

Urbanização de áreas periféricas - Cruzeiro do Sul.

2. OBJETIVOS:

Dotar as áreas periféricas de infra-estrutura pública essencial à população, a fim de garantir melhores condições de vida da comunidade atingida.

3. JUSTIFICATIVA:

Cruzeiro do Sul, a segunda cidade do Estado do Acre, possui atualmente uma população de 67.162 mil habitantes.

Como todas as demais cidades do Estado, Cruzeiro do Sul,tem atualmente um grande déficit dos serviços da infra-estrutura,o que resulta, de forma imediata e dramática, em condições as vezes sub-humanas, dos assentamentos populacionais.

A mínima autonomia financeira das prefeituras, aliada às graves dificuldades por que passa toda a população, faz com que migrantes, muitas vezes oriundos dos seringais próximos bem como das zonas rurais, busquem qualquer espaço para a construção de sua " moradia ", ocasionando, devido as fortes pressões do mercado e da econômia, a verdadeiros bairros, em muitas vezes inicialmente ocupado em espaços inadequados.

Casebres convivem com a lama, falta de energia, falta de acesso, e ausência total de sistema de abastecimento de água.

É urgente a adoção de um programa possível de reverter esta situação, oferecendo ainda que de modo gradativo, serviço de infra-estrutura básica, no sentido da efetiva melhoria da qualidade de vida da população.

4. GRAU DE DETALHAMENTO:

O projeto em questão encontra-se já elaborado, contendo todas as soluções alternativas adotadas, restando estreitar relações com a comunidade beneficiada, de modo a garantir a eficácia das ações desenvolvidas.

5. METAS:

Beneficiar 677 famílias, num total de 3.385 mil habitantes diretamente, com serviços de rede de distribuição de água, arruamento e drenagem.

6. CUSTOS:

US$ 320,928.00

7. PRAZOS:

Prazo do serviços 8 meses
Época ideal para início, abril de 1990.

Acervo ISA

1. TÍTULO:

Obras de Urbanização do Canal da Maternidade.

2. OBJETIVOS:

Dotar o Canal da Maternidade de condições adequadas para atender aos serviços de drenagem e esgotamento sanitário de 60% da área urbanizada de Rio Branco.

3. JUSTIFICATIVA:

Rio Branco, com 183.857 habitantes atualmente e uma taxa de crescimento acima dos 10% ao ano, se localiza às margens do rio Acre, sendo que mais de 70% de sua população encontra-se assentada no chamado 1º Distrito - margem esquerda.

A cidade, que se expande para o norte e oeste possue regiões mais densamente povoadas destacando-se o centro da cidade e bairros do Bosque, Preventório, Estação Experimental, Abraão Alab, Floresta, Aviário e Capoeira.

Não obstante, fruto do permanente processo migratório, as áreas urbanas periféricas crescem continuadamente.

Em toda a cidade, grandes problemas se apresentam, face as carências de infraestrutura urbana e serviços públicos, decorrentes da difícil situação econômica estadual e municipal.

Dentre os problemas acima referidos, o mais agudo se constitui na questão do saneamento básico, resultando daí situações de péssima qualidade de vida, e que afeta diretamente a saúde da população, em especial a de baixa renda.

Como forma de melhorar substancialmente esta situação, os governos vêm estudando soluções há tempos; dentre elas, a execução das obras de canalização e urbanização do Canal da Maternidade.

Este Canal faz a drenagem natural da região mais adensada referida anteriormente, representando um atendimento a cerca de

60% da população urbana.

Assim sendo, a implantação deste projeto possibilitará uma significativa melhoria da qualidade de vida, envolvendo ações nas áreas de saneamento, lazer e recreação - com a incorporação dos espaços inundáveis - e circulação urbana.

4. GRAU DE DETALHAMENTO

Já encontram-se elaborados os estudos de anteprojeto urbanístico e de engenharia com respectivos cadernos de encargos técnicos.

Para a execução de projeto executivo, far-se-á necessário a articulação com a população beneficiada, bem como entre os governos estadual e municipal de modo a dar definição das soluções a serem adotadas para a perfeita integração ao aspecto urbano.

5. METAS:

Atender 60% da população urbana, cerca de 110.000 habitantes, com serviços de saneamento - drenagem e esgotamento sanitário - bem como dotar as áreas recuperadas de equipamentos de lazer, recreação e cultura e nos locais necessários, de vias de circulação urbana.

6. CUSTOS:

US$ 2,987,362.00

7. PRAZOS:

Elaboração de projeto executivo ..... 3 meses.
Execução da obra ..... 12 meses.
Época ideal para início ..... janeiro.

Acervo ISA

1. TÍTULO:

Urbanização de áreas periféricas - Rio Branco.

2. OBJETIVOS:

Dotar o bairro João Eduardo de infra-estrutura e serviços públicos essenciais à população, a fim de garantir a qualidade de vida em níveis aceitáveis.

3. JUSTIFICATIVA:

A capital do Estado do Acre, passa por um processo acelerado de crescimento urbano, consequência da alta taxa da migração.

Estas taxas elevam-se mais de 10% ao ano, ocasionando graves dificuldades para esta população migrante, de baixa renda em sua maioria, e que não encontra oferta dos serviços públicos básicos.

Problemas cruciais deste a habitação até o saneamento, saúde, emprego.

Um fato imediato, consequência do processo descrito anteriormente, registra-se no "inchamento" da cidade, com a ocupação desordenada do território urbano, muitas vezes acontecendo através da invasão de terrenos públicos ou privados, em sua maioria, com restrições ao assentamento humano.

Exemplos desta afirmativa são os bairros do Palheiral, João Eduardo, Piota, Glória, Conquista, Nova Estação, Invernada, Taquarí.

Nascem, ainda, novos bairros a cada ano, com uma população de extrema carência, e sem as mínimas condições de conforto.

Assim, torna-se imperioso aos governos, a implantação de programas que revertam o presente quadro, para gradativamente oferecer a infra-estrutura necessária para uma vida digna do cidadão.

Acervo ISA

4. GRAU DE DETALHAMENTO:

O projeto em questão encontra-se já elaborado, contendo todas as soluções alternativas adotadas, inclusive já contando com efetiva participação da população beneficiada.

5. METAS:

Atender 520 famílias de baixa renda, cerca de 2.600 habitantes, com serviços adequados de arruamento, drenagem e rede de distribuição de água.

6. CUSTOS:

US$ 320,928.20.

7. PRAZOS:

Prazo dos serviços ..... 8 meses.
Época ideal de início ..... abril de 1990.

Acervo ISA

1. TÍTULO:.

Urbanização de áreas periféricas - Sena Madureira.

2. OBJETIVOS:

Dotar as áreas periféricas de infra-estrutura pública essencial à população, no sentido da garantia efetiva de melhores condições de vida.

3. JUSTIFICATIVA:

O município de Sena Madureira, com seus 29.723 habitantes, atualmente, passa como todos os demais municípios do Estado do Acre, por graves dificuldades, ocasionadas basicamente pela situação financeira de suas Prefeituras.

Os governos - municipal e estadual - encontram-se impossibilitados de minimizar o sofrimento da população, particularmente a de baixa renda, o que causa situações dramáticas em relação aos assentamentos humanos, que acontecem no dia a dia.

Sena Madureira já sente o impacto hoje, da forte corrente migratória vinda para Rio Branco, pois dista da capital apenas 140 Km, pela rodovia BR-364.

Somado a esta corrente migratória que "escapa" da capital, em direção ao interior do Estado, tem-se a população rural e de seringueiros, que a cada ano vêm para a cidade no sentido de se valer de uns poucos benefícios sociais que o centro urbano oferece, ainda que precário.

O retrato desta situação é a existência de inúmeros aglomerados de casas ou palafitas, instalados em regiões com restrições ao assentamento humano, sem as mínimas condições de habitabilidade.

Em geral, essas áreas não dispõe de qualquer serviço público, o que acarreta de maneira imediata um quadro de saúde bastante precário.

Este programa pretende a instalação de determinados serviços essenciais de infra-estrutura urbana em áreas de ocupação de população de baixa renda, dispersas na malha urbana de Sena Madureira.

4. GRAU DE DETALHAMENTO:

O projeto em questão encontra-se já elaborado, contendo todas as soluções alternativas adotadas, necessitando rearticulação junto a população beneficiária.

5. METAS:

Beneficiar 406 famílias de baixa renda - cerca de 2.030 habitantes diretamente - com serviços de abastecimento de água , drenagem e arruamento.

6. CUSTOS:

US$ 213, 952.15

7. PRAZOS:

Prazo dos serviços ..... 8 meses.
Época ideal para início ..... abril de 1990.

Acervo ISA

1. TÍTULO

Controle da degradação da margem do rio Acre, na área central de Rio Branco

2. OBJETIVOS

Garantir condições de estabilidade e segurança das edificações instaladas às margens do rio Acre, na área central de Rio Branco.

3. JUSTIFICATIVA

Principal curso d'água que corta a cidade de Rio Branco, o rio Acre vem apresentando problemas de deslizamento de suas margens, comprometendo a segurança e, muitas vezes, destruindo edificações e logradouros ribeirinhos.

O fenômeno de escorregamento das margens dos rios ocorre com frequência na região, em razão inclusive da idade da formação geológica amazônica, envolvendo grandezas diferentes de massa de solo.

Em Rio Branco esse fenômeno é mais comprometedor na área situada entre as duas pontes da cidade, descaracterizando completamente o perfil da margem do rio naquele local.

Outra área bastante comprometida está situada nas proximidades da tomada d'água da Estação de Tratamento da empresa de saneamento local - SANACRE, que coloca em evidente risco aquele equipamento, acima referido, bem como a estação de bombeamento e tratamento e sua adutora.

Escorregamentos de grandes porporções nesse local trarão consequências extremamente danosas à população local podendo vir a acarretar inclusive, a perda de vidas e um total colapso no sistema de abastecimento de água da cidade.

4. **GRAU DE DETALHAMENTO.**

Existe um projeto executivo de contenção das margens do Rio Acre, na cidade de Rio Branco, com todos os detalhes técnicos das alternativas encontradas para a solução do problema. No entanto, seria interessante a contratação de empresa especializada para reavaliação de estratégias e atualização de custos, em função do espaço de tempo já decorrido desde a sua elaboração.

5. **METAS**

Proteger cerca de 200,00 m de extensão, da margem esquerda do Rio Acre na área central de Rio Branco, bem como a tomada d'água do sistema de abastecimento de água da capital.

6. **CUSTOS**

US$ 1,307,547,30

7. **PRAZOS**

O prazo de execução previsto é de 9(nove) meses.

Acervo ISA

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

Acervo ISA

1. TÍTULO:

Implantação de sub-sedes do Instituto de Meio Ambiente do Acre - IMAC nos municípios do interior do Estado.

2. OBJETIVOS:

Instalar sub-sedes do IMAC em todos os municípios do Estado, e ampliar as ações educativas, de fiscalização e controle de qualidade dos ambientes.

3. JUSTIFICATIVA:

As atividades econômicas que se desenvolvem através de exploração e uso dos recursos naturais estão distribuídas por toda a extensão do Estado. Dentre elas destacam-se o extrativismo tradicional da borracha e da castanha, a exploração da madeira, acompanhados de perto pela pecuária extensiva, mencionando-se ainda a extração de areia e argila, que se intensifica para abastecer o mercado de construção civil. Muitas dessas atividades, são desenvolvidas desordenadamente, agredindo o patrimônio natural, o que vem resultando de um lado, na penalização da população e de outro, na perda de arrecadação tributária por parte do Estado.

Ao IMAC cabe atuar como órgão controlador e fiscalizador destas atividades e de tantas outras, situadas inclusive na área urbana, as quais promovem a alteração dos ambientes e põem em risco a qualidade de vida das populações.

Estando autalmente sediado apenas em Rio Branco, com uma estrutura material e humana reduzida, o IMAC cobre de maneira precária os municípios de Rio Branco, Senador Guiomard e Plácido de Castro, e tem uma atuação reduzida nos demais seja na área rural ou urbana, a não ser em casos esporádicos, quando é solicitado, ou a aprtir de um trabalho intensivo de curto prazo como tem sido o acompanhamento, monitoramento e fiscalização dos desmatamentos e queimadas.

Estima-se que a ocupação do Estado, principalmente a partir do asfaltamento do BR-364 - trecho Porto Velho - Rio Branco, irá promover um incremento das atividades econômicas a um nível tal que irá sobrecarregar o IMAC na sua ação de controle ambiental , na área que atualmente opera, ficando, desta forma, mais difícil sua ação nos municípios mais longínquos.

Desta forma torna-se imprescindível a instalação de sub-sedes do IMAC nos municípios e em alguns pontos estratégicos do território acreano, com um corpo técnico mínimo, aparelhado e equipado.

4. GRAU DE DETALHAMENTO:

Deverá ser instalada, em cada sede de município uma extrutura física que acolherá um corpo de pessoal por, no mínimo um técnico de nível superior, dois técnicos de nível médio, e dois funcionários administrativos. Será necessária infra-estrutura para trabalhos técnicos de escritório, para comunicação (intermunicipal e estadual), bem como para organização e montagem de setor de documentação e informações. Estas sub-sedes do IMAC deverão contar também com veículo de tração nas 4 rodas e barco motorizado.

Será instalada sub-sede do IMAC nos municípios de Mâncio Lima, Cruzeiro do Sul, Feijó, Tarauacá, Manoel Urbano, Sena Madureira, Assis Brasil, Brasiléia, Xapuri, Senador Guiomard, duas em Plácido de Castro, sendo uma delas na Vila Extrema (BR-364 - trecho Porto Velho - Rio Branco) próximo à divisa com Rondônia, e uma em Rio Branco, localizada na BR-317 (trecho Senador Guiomar-Boca do Acre/AM - próximo à divisa com o Amazonas) totalizando 12 instalações físicas.

Antes porém, deverá ser feito levantamento em cada município,das áreas mais apropriadas para instalação das sub-sedes, bem como definidas suas dimensões. Paralelamente deverá ser elaborado orçamento para aquisição dos equipamentos, material permanente, automóveis e barcos. Este trabalho que irá subisidiar a elaboração da proposta técnica para instalação das sub-sedes, necessitará de 4 meses para ser executado e exigirá recursos para custear viagens, hospedagens e alimentação de 3 técnicos responsáveis.

5. METAS:

Como meta a ser atingida pelo projeto de instalação das sub-sedes, está a implantação, no período de 1 ano, de duas delas, que são as da BR-364 e da BR-317. As outras sub-sedes deverão ser implantadas num prazo máximo de 3 anos, priorizando-se as áreas onde as agressões ambientais estejam se intensificando.

6. CUSTOS:

Os gastos para elaboração da proposta técnica estão estimadas US$ 10.000,00

Acervo ISA

7. PRAZOS:

A época mais apropriada, após a elaboração da proposta técnica, para a instalação das sub-sedes do IMAC é o período não chuvoso, que vai de abril/maio a outubro/novembro.

Acervo ISA

1. TÍTULO:

Reestruturação da Unidade do Corpo de Bombeiros de Rio Branco-Ac.

2. OBJETIVOS:

. Dotar o Corpo de Bombeiros de Rio Branco de uma infra-estrutura capaz de assegurar sua plena capacidade operacional.
. Tornar a corporação mais eficiente mediante o reaparelhamento de seus equipamentos.

3. JUSTIFICATIVA:

A cidade de Rio Branco embora não apresente uma elevada população, registra um grande número de ocorrências que necessitam da intervenção do Corpo de Bombeiros. No período do verão intensificam-se as chamadas para o combate à incêndios, decorrentes, principalmente, de queimadas em áreas de capoeiras ou de pastos sejam nas voluntárias ou involuntárias.

O limitado número de veículos à disposição do Corpo de Bombeiros é um fator que restringe a sua eficiência. Também o tempo de vida útil destes veículos, na região, é bastante reduzido devido não só as más condições das ruas e estradas como, a inexistência de garagens para guarda e conservação das viaturas cuja exposição prolongada aos agentes climáticos acelera o processo de desgaste.

O Corpo de Bombeiros é deficiente,também, em alojamentos para atender ao efetivo da corporação haja visto que, os existentes, não comportam os residentes naquela instituição.

4. GRAU DE DETALHAMENTO:

Projeto já concluído

5. METAS:

- Adquirir 03 viaturas sendo uma auto hidro químico, uma auto tanque bomba e outra auto busca salvamento.
- Reformar 03 viaturas pertencentes ao Material carga da corporação.
- Edificar um alojamento sobre "Pilotis" e garagem para atender o efetivo residente e guarnecer os veículos de primeiros socorros.

Acervo ISA

- Pavimentar o pátio do imóvel onde funciona o Corpo de Bombeiros.
- Instalar na sede do Corpo de Bombeiros uma oficina de reparos e manutenção dos materiais e equipamentos pertencentes à corporação.
- Reformar o prédio onde funciona atualmente o Corpo de Bombeiros de Rio Branco-Acre.
- Construir uma garagem para guarda e conservação dos carros de apoio.

6. CUSTOS:

- Reparos de viaturas	US$	270.579,18
- Alojamento sobre "Pilotis" e garagem		161.289,19
- Garagem aberta		46.431,19
- Oficina de Reparos e manutenção		64.299,55
- Pavimentação do pátio		139.612,62
- Reforma do prédio		35.612,41
- Aquisição de automóveis e outros veículos		777.470,35
TOTAL		1.495.294,49

7. PRAZOS:

O projeto poderá ser concluído no primeiro semestre de 1990.

Acervo ISA

1. TÍTULO:

Apoio Institucional à Fundação de Tecnologia do Estado do Acre - FUNTAC.

2. OBJETIVO:

Ampliação da estrutura física, instalação de novos labotatórios e fortalecimento dos existentes e treinamento de recursos humanos da FUNTAC.

3. JUSTIFICATIVA:

A FUNTAC é o único órgão de pesquisa aplicada na estrutura do Estado. Embora desempenhe papel relevante na execução da política de ciência e tecnologia traçada no Plano Estadual de Ciência e Tecnologia, ainda é um órgão com dificuldades na sua infraestrutura física. A resposta positiva do trabalho já realizado por este órgão tem ampliado sensivelmente a demanda de tecnologia e sua extensão pelos setores públicos e privados. O Estado do Acre dentro de suas possibilidades mantém o quadro de pessoal da FUNTAC. No entanto, investimento em infraestrutura de maior monta, não é possível ser financiado pelo orçamento estadual.

4. GRAU DE DETALHAMENTO:

O Projeto deverá ser detalhado posteriormente e os recursos necessários ao seu detalhamento estarão incluídos na contraparti da do Estado.

5. METAS:

- Construção de 350m² em madeira para abrigar salas técnicas e laboratórios.
- Equipamentos para laboratórios: solos, ensaios físiccs e mecânicos de madeiras e fibras vegetais, química e produtos florestais, "design" de equipamentos para exploração florestal e melhoramento de material genético.
- Treinamento de técnicos na área a que se referem os laboratórios do ítem 5.

6. CUSTOS:

Para efeito de referência estimou-se em US$ 1,2 milhões.

Acervo ISA

7. PRAZOS:

O projeto deverá ser iniciado tão logo exista prioridade de financiamento. Para sua execução está previsto um período de 18 meses.

Acervo ISA

Acervo ISA

1. TÍTULO:

Implantação do centro de pesquisa, documentação e difusão da cultura do homem amazônico - Casa do Seringueiro.

2. OBJETIVOS:

- Resgatar a mémoria social da cidade de Rio Branco através da recuperação do antigo prédio da Radional, cujas características arquitetônicas remontam à década de 20 (período de consolidação do núcleo urbano)
- Difundir informações de caráter econômico e cultural sobre o homem seringueiro, através da montagem da exposição permanente e temporária, buscando a popularização dos fundamentos de sua luta, a trajetória de seu trabalho na colonização do território acreano bem como seus anseios no atual contexto político-econômico.

3. JUSTIFICATIVA:

- A um só tempo o projeto de reforma do antigo prédio da Radional para instalação da Casa do Seringueiro preserva a memória da cidade de Rio Branco e estimula a recuperação da história do extrativismo no Estado do Acre através da criação da Casa do Seringueiro.

4. GRAU DE DETALHAMENTO: (projeto pronto para ser executado)

5. METAS:

- Restaurar a estrutura física do prédio da antiga Radional.
- Montar a mostra documental permanente da Casa do Seringueiro.
- Pesquisar aspectos culturais da relação homem x natureza para subsidiar a mostra temporária.
- Criar um centro de documentação e pesquisa gerador de novos conhecimentos sobre o homem da região.
- Oferecer à rede oficial de ensino, propostas alternativas de conteúdo programático e novas possibilidades de trabalho didático-pedagógico.

Acervo ISA

6. CUSTOS:

US$ 350,000.00

7. PRAZOS:

- Conforme cronograma de execução, o projeto deverá ser iniciado no mês de outubro com previsão de término para o mês de abril, coincidindo com o início do ano letivo de 1990, o que favorecerá a elaboração da programação da Casa do Seringueiro visando atender à demanda da rede oficial de ensino de 1º e 2º graus do Estado.

Acervo ISA

1. TÍTULO:

Estudo da ocupação agropastoril e seus impactos ambientais no Estado do Acre.

2. OBJETIVOS:

. Analisar a dinâmica espaço-temporal do processo de degradação do ambiente resultante do modo atual de ocupação e o uso do solo;
. Estabelecer critérios para o uso de áreas já degradadas e áreas a serem ocupadas;
. Fornecer elementos técnico-científicos para formulação e aplicação da legislação-ambiental;
. Fornecer subsídios técnico científicos para o zoneamento ecológico-econômico do Acre.

3. JUSTIFICATIVA:

A economia acreana não tem ainda definida qual a base de sustentação de sua economia. Por algum tempo a atividade extrativista ocupou lugar de destaque nesse sentido. Contudo, com a desarticulação do processo de produção do látex, nos moldes que se processava nos seringais nativos, resultante da falência das políticas governamentais voltadas ao setor via Banco de Crédito da Borracha, atual BASA e mais recentemente com a SUDHEVEA, demonstraram da fragilidade dessa base produtiva, dado a sua total dependência das casas aviadoras, sediadas no Pará, décadas atrás e nos anos recentes, pelas desastrosas políticas de preços para a borracha, definidas pelo Governo Federal, o que levou no início da década de 70, muitos seringalistas a se desfazerem de suas propriedades, vendendo-as a preços extremamente baixos, a investidores de outros Estados do país, atraídos que foram pelas facilidades de se obter recursos altamente subsidiados pelo órgão de desenvolvimento regional-SUDAM, destinados à atividade pecuária naquela que seria a última fronteira agrícola do país.

Acervo ISA

Com a implantação da pecuária, em que pese o montante de recursos alocados nos projetos agropecuários no Estado, não se verificou mudanças significativas na economia acreana. Primeiro destaca-se a própria característica da atividade, reconhecidamente poupadora de mão-de-obra. Em segundo lugar, a extensão dessas fazendas, notadamente as áreas desmatadas para pastagens não condizem com o tamanho do rebanho hoje disponível no Acre, sem considerar um fator de fundamental importância do ponto de vista econômico que seria a geração de renda, como resultante do processamento industrial da carne e derivados.

Há de se considerar que hoje, dos 15 milhões de hectares que compõem a área total do Estado, 5% já foram desmataddos e destes, aproximadamente 500.000 hectares, são ocupadas por pastagens situadas principalmente nos vales dos rios Acre e Purus.

Dado o exposto, é questionável qualquer afirmação de que a atividade agropecuária ou a extrativista é determinante, hoje, na economia acreana, ou seja, detenha a hegemonia econômica do Estado.

É urgente portanto, a necessidade de se iniciar estudos ecológicos/sócio-econômicos, em bases científicas, quanto a ocupação e uso do solo, objetivando o uso racional dos recursos naturais, sustentados ecologicamente e a proteção dos ecossistemas, viabilizando ainda, maiores benefícios sociais e rentabilidade econômica para a população.

É importante se ressaltar uma questão que tem preocupado as instituições e estudiosos do assunto, que são as imensas áreas de terras já degradadas, e que a continuar como estão, se destinarão ao mercado especulativo ou a espera de novos incentivos governamentais, para reinício de um processo ainda tão presente na história recente desta região. É necessário a realização de estudos de reaproveitamento dessas áreas e de outras ainda não ocupadas.

Pretende-se, portanto, que os estudos ecológicos/sócio-econô-

Acervo ISA

micos a serem realizados possam definir formas de exploração dos recursos naturais da região, que compatibilize a maior rentabilidade econômica com a não destruição do meio ambiente.

A partir dos resultados que se pretende chegar, ter-se-ia subsídios para elaboração de políticas governamentais voltadas para a questão do crédito, comercialização, abertura de novos mercados, sustentabilidade dos ecossistemas, etc.

É prematuro se afirmar, sem a existência de dados científicos, qual a melhor e mais rentável forma de exploração econômica dos recursos naturais existentes no Acre, a começar pelo desconhecimento de todo o seu potencial e uso alternativo. Contudo, é aceitável se afirmar, categoricamente, que poderá se estar destruindo de forma irresponsável e irreversível os recursos naturais e comprometendo assim irremediavelmente a sustentabilidade dos ecossistemas.

4. GRAU DE DETALHAMENTO:

Para atingir os objetivos propostos será necessária a elaboração de projetos específicos, abrangendo diferentes módulos rurais, obedecendo uma abordagem ecológico/econômica, com as seguintes linhas:

- manejo adotado nos diferentes módulos de propriedades rurais, no tempo;
- caracterização de impactos no ambiente (clima, solos, rios , floresta, etc) em função das práticas agropecuárias utilizadas;
- estudos para definição de critérios ecológicos para recuperação das áreas degradas e instalação de novas áreas;
- estudos sócio-econômicos que busque formas alternativas de exploração auto-sustentável dos recursos naturais.

Para elaboração destes projetos serão necessárias:

a) Assessoria de especialistas na área - 4/15 dias = 60 dias/ assessoria.

b) Excursões preliminares para observações e escolha das áreas de estudo - 5 excursões/4 pessoas cada/10 dias = 200 dias/ excursão.

c) Levantamento e aquisição de bibliografia.

5. METAS:

. Definir critérios para quantificar e qualificar as áreas de impacto no Estado, estabelecendo os diferentes níveis de degradação;

. Mensurar e mapear os diferentes níveis de degradação;

. Subsidiar formas de uso racional dos recursos naturais em áreas que ainda não estão sob pressão;

. Estabelecer critérios para novas formas de uso das áreas que sofreram impactos;

. Subsidiar o produtor com práticas alternativas de exploração auto-sustentável dos recursos naturais.

6. CUSTOS:

. Assessorias - 60 diárias x US$ 80.00	US$ 4,800.00
4 passagens - média US$ 450.00..	US$ 1,800.00
. Excursões - 4 pessoas x 5 excursões x 10 dias = 200 diárias x US$ 80.00	US$ 16,000.00
. Bibliografia	US$ 10,000.00
TOTAL	US$ 22.600.00

7. PRAZOS:

Prazo para elaboração do programa - 120 dias.

Acervo ISA

1. TÍTULO: .

Estudos de alternativas ecologicamente auto-sustentáveis para recuperação de áreas degradadas no Estado do Acre.

2. OBJETIVOS:

. Estudos de alternativas ecologicamente auto-sustentáveis para recuperação de áreas depredadas de pequenas, médias e grandes propriedades rurais.
. Organizar e sistematizar os conhecimentos e experiências alternativas para recuperação de áreas degradadas nos trópicos úmidos.
. Implantar e difundir de acordo com recomendações dos estudos e levantamentos, as alternativas ao uso atual do solo.

3. JUSTIFICATIVA:

O Acre em 1987, apresentou uma taxa de alteração da cobertura vegetal em torno de 5,3% (IBDF, 1988) onde a floresta tropical úmida de alta diversidade biológica vem sendo substituída por pastagens que ocupam a maior parte das áreas desmatadas, aproximadamente 500.000 ha. Esse processo que vem sendo desenvolvido sem bases técnico-científicas, constituindo-se num dos fatores que nessa desordenada ocupação tem trazido prejuízos de ordem social e econômica. Além disso, verifica-se que nos trópicos úmidos as práticas agropastoris inadequadas que vêm sendo desenvolvidas têm sido responsáveis por uma série de prejuízos ambientais, como a degradação dos solos, o que tem induzido incorporação de novas áreas ao processo produtivo, com a derrubada e queima de florestas.

No caso do Acre, embora as taxas de desmatamento sejam pequenas, porém crescentes a cada ano, é importante que se desenvolvam alternativas ecológica e economicamente auto-sustentáveis, que façam frente a este processo, de forma que se otimize a utilização das áreas já desmatadas e recuperação de áreas degradadas.

Acervo ISA

Uma das alternativas a serem observadas, que é objeto deste programa de pesquisas, são as culturas perenes que vêm sendo estudadas em vários partes dos trópicos úmidos e que se apresenta como opção econômica para pequenas, médias e grandes propriedades. Estes sistemas de cultivo têm produzido resultados satisfatórios, quando observados sob a ótica de recuperação de áreas degradadas e evitando a degradação de áreas com uso inadequado.

4. GRAU DE DETALHAMENTO:

Para atingir os objetivos propostos será necessária a elaboração de projetos específicos abrangendo diferentes módulos rurais com as seguintes linhas de pesquisa:

. Levantamento dos sistemas de cultivos perenes no Acre e restante dos trópicos úmidos.
. Estudo ecológico econômico de modelos de cultivos perenes destinados a pequenas, médias e grandes propriedades.
. Levantamento e experimentações de práticas agropastoris e florestais para recuperação de áreas degradadas e proteção da floresta.
. Difusão e extensão das práticas agroflorestais estudadas.

5. METAS:

. Organização e sistematização de conhecimentos e experiências sobre cultivos perenes nos trópicos úmidos.
. Implantação de unidades pilotos modelos de cultivos perenes para efeito de observação e difusão para pequenas, médias e grandes propriedades.
. Difusão de técnicas e práticas de recuperação e conservação de solos florestais.

6. CUSTOS:

Para a elaboração definitiva do programa e seus projetos serão necessários:

Acervo ISA

. Assessoria: 2 assessorias x 15 dias cada.

. Excursões de campo: 2 excursões de 5 dias.

. Bibliografia.

Custos:

Assessoria:	30 diárias	x US$ 80.00 =	US$	2,400.00
	2 passagens	x US$ 450.00 =	US$	900.00
Excursões	40 diárias	x US$ 80,00 =	US$	3,200.00
Bibliografia			US$	5,500.00
TOTAL			US$	12,000.00

7. PRAZOS:

Para elaboração do programa serão necessários 120 dias.

Acervo ISA

1. TÍTULO

Inventário Biológico do Estado do Acre.

2. OBJETIVOS GERAIS

Proceder o levantamento da flora e fauna do Estado do Acre visando o conhecimento científico das espécies, bem como as suas distribuições geográficas, para subsidiar um manejo racional do potencial biológico da região.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

3.1. Levantamento e Coleta

De forma extensiva, priorizando:

. Áreas sob pressão de ocupação (rios, estradas, etc).

. Áreas que apresentem diferenças fisionômicas significaticas.

De forma intensiva, principalmente:

. Áreas consideradas representativas da fisionomia vegetal da região, como:

a) Bacia do Purus:
   - Floresta Estadual do Antimari;
   - Áreas de Estudos Florestais - Xapuri;
   - Unidade de Conservação da Alcobrás;
   - Área da Universidade Federal do Acre no Projeto de Assentamento Dirigido Humaitá.

b) Bacia do Juruá:
   - Parque Nacional da Serra do Divisor;
   - Parque Extrativista da Boca do Tejo.

Capacitar os recursos humanos disponíveis na região.

Dar o suporte necessário para projetos que necessitem do conhecimento sistemático da flora e fauna regional.

Contribuir junto aos órgãos de proteção do meio-ambiente para definição das áreas a serem preservadas, com base científica, bem como subsisiar a legislação ambiental.

Comparação da fauna e flora levantada a nível de Estado, em relação às outras áreas tropicais.

3.2. Flora

- Ampliar a infra-estrutura existente na UFAC (herbário) para efetivação do inventário.

Acervo ISA

- Ampliar a coleção dos representantes da flora do Estado do Acre, nos herbários regionais, nacionais e internacionais.
- Caracterizar fitossociologicamente os principais tipos de vegetação do Estado (várzeas, terra firme, etc).
- Levantamento de espécies nativas que apresentam potencialidade econômica.

3.3. Fauna

- Formação de uma coleção científica com espécies representativas do Estado.
- Implantar infra-estrutura para armazenar e conservar as coleções (Museu de Zoologia).
- Conhecimento do Zooplâncto de lagos e rios da região.
- Conhecer a biologia das espécies que apresentam viabilidade econômica, em áreas colonizadas.
- Estudar espécies vetoras de doenças e pragas consequentes da colonização na região.
- Determinar dentre as espécies nativas de peixes, aquelas que apresentam maior potencialidade reprodutiva visando a criação de tecnologia para produção de pescado.

4. JUSTIFICATIVA

Rodrigues e Silva (1981) destacam que, de acordo com uma publicação da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos, três milhões estimados de plantas e animais vivas possivelmente existentes nos trópicos, apenas quinhentos mil estão conhecidos cientificamente. A maioria dos dois e meio milhões restantes de seres vivos corre o risco de nunca serem catalogados porque se prevê que até o final deste século a metade deste patrimônio estará extinto, e se continuar nesse rítmo de destruição das regiões virgens dos trópicos, até a metade do próximo século, nada mais restará. Um exemplo que ilustra este fato, ocorreu recentemente no Estado de Rondônia, onde , nos ultimos anos grande parte de seus recursos florísticos foi destruído.

O estado do Acre sendo uma das últimas fronteiras agropastoris brasileira, vem recebendo um fluxo migratório acentuado nos últimos anos, com a consequente ocupação de suas terras, sem que estudos tenham sido realizados no que se refere ao potencial de seus recursos naturais.

Acervo ISA

A provável devastação das florestas acreanas além de comprometer o conhecimento biológico das espécies vegetais e animais ' contribui para acentuar os impactos já verificados na ecologia local, regional e mundial.

Assim sendo, o levantamento biológicc cra proposto se trata de um programa emergencial para o conhecimento dos recursos naturais do Estado, gerando informações básicas para subsidiar formas de ocupação racional na região.

5. GRAU DE DETALHAMENTO

Para efetivação dos objetidos propostos será necessária a elaboração de projetos tais como:

- Revisão da bibliografia existente sobre a fauna e flora do Estado do Acre.
- Estruturação de bases físicas nas áreas de reservas.
- Levantamento das Fanerógamas dos vales do Purus e Juruá.
- Levantamento do fitoplancto dos lagos e rios pouco perturbados do Estado do Acre.
- Levantamento das Criptógamas das Bacias do Purus e do Juruá, prioritariamente: Fungos, Líquens, Briofitas e Pteridofitas.
- Levantamento das espécies vegetais nativas com potencialida econômica.
- Levantamento da composição florística dos diferentes tipos de vegetação do estado do Acre.
- Construção e reequipagem da base física do herbário da UFAC (projeto já elaborado com detalhamento de custo).
- Levantamento dos grandes grupos de vertebrados do Estado do Acre.
- Levantamento dos invertebrados, priorizando (os grupos dos) arthropodos e zooplâncto dos lagos e rios do Estado do Acre.
- Implantação do museu de zoologia da UFAC.
- Investigação sobre vetores de infecção em áreas de colonização.
- Estudo do potencial para Piscicultura.

O inventário biológico será realizado a partir de um levantamento bibliográfico acerca de alguns estudos já realizados na região do Acre.

Para a elaboração destes projetos serão necessárias assessorias de especialistas, implicando em custos com diárias e passagens.

Acervo ISA

6. METAS

Conhecimento biológico e fitogeográfico da flora e fauna do Estado do Acre visando subsidiar pesquisas e diretrizes para um manejo apropriado, evitando o uso irracional do potencial nativo de interesse econômico e maiores impactos ecológicos, bem como implantação das infra-estruturas propostas.

7. CUSTOS

Assessorias - 160 diárias X $ 80,00.....	US$	13.200,00
22 passagens - média $ 450,00....	US$	9.900,00
Contratação e treinamento de 5 coletores para o levantamento de fauna e 2 mateiros para o levantamento da flora.....	US$	7.000,00
Deslocamento e hospedagem de 5 coletores e mateiros experientes para treinamento local (150 diárias X $ 40,00 X 30 dias e 5 passagens X $ 450,00).....	US$	8.225,00
Excursões (3 vale Acre/Purus e 2 vale Juruá) - 4 pessoas X 5 excursões X 10 dias = 200 diárias X $ 80,00....	US$	16.000,00
Bibliografia.....	US$	15.000,00
Revisão bibliográfica de fauna e flora do Acre..	US$	10.000,00
Implantação da infra-estrutura e equipagem do herbário da UFAC.....	US$	283.477,00
TOTAL.....	US$	362.802,00

8. PRAZOS

O prazo para a elaboração do programa será de 120 dias.

. QUADRO-RESUMO DE CUSTOS

Acervo ISA

5. QUADRO-RESUMO DE CUSTOS

	US$ 1.00
Educação	95,000
Saúde e Saneamento	17,522,707
Desenvolvimento Comunitário	326,583
Monitoramento, Controle, Fiscalização e Preservação Ambiental	2,975,812
Transporte Fluvial	22,700,000
Energia	1,000,000
Apoio a Produção	3,110,260
Estruturação Urbana	6,395,431
Fortalecimento Institucional	2,705,294
Pesquisa	747,402
T O T A L	**57,578,489**